**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA
LATINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – PROLAM/USP**

ADRIANA DE CARVALHO ALVES

**BRASIL E ARGENTINA, MEDIAÇÃO PELA CULTURA: A CONTRIBUIÇÃO
DOS INDÍGENAS AO PROJETO NACIONAL À LUZ DOS TEXTOS DE JOSÉ
DE ALENCAR E DOMINGO FAUSTINO SARMIENTO**

SÃO PAULO

2012

ADRIANA DE CARVALHO ALVES

**BRASIL E ARGENTINA, MEDIAÇÃO PELA CULTURA: A CONTRIBUIÇÃO
DOS INDÍGENAS AO PROJETO NACIONAL À LUZ DOS TEXTOS DE JOSÉ
DE ALENCAR E DOMINGO FAUSTINO SARMIENTO**

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Integração da
América Latina - PROLAM/USP para a
obtenção do título de mestre em Integração da
América Latina.**

Orientador: prof. Dr. Luiz Antônio Lindo

SÃO PAULO

2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: ALVES, Adriana de Carvalho

Título: Brasil e Argentina, mediação pela cultura: a contribuição dos indígenas ao projeto nacional à luz dos textos de José de Alencar e Domingo Faustino Sarmiento.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP para a obtenção do título de mestre em Integração da América Latina.

Orientador: Luiz Antônio Lindo

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Luiz Antônio Lindo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Professora Doutora Sara Albieri
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Professor Doutor Márcio Bobik Braga
Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao PROLAM, polo de produção de conhecimento sobre a América Latina na Universidade de São Paulo, que viabiliza discussões tão ricas e estimulantes sobre a América Latina. Estendo esse agradecimento ao professor Luiz Antônio Lindo que acreditou no presente trabalho desde o início, e no decorrer dois anos que me orientou, fomentou o interesse pela leitura criteriosa, ensinando a buscar a verossimilhança do texto.

Aos meus colegas do “Núcleo de Pesquisa América”, que através das nossas leituras, discussões e atividades acadêmicas, contribuíram para que eu desenvolvesse ainda mais o gosto pela pesquisa: Iara Albuquerque, André Mesquita, Inácio Brito, Antônio Montero del Rio, Donato Ferrara e ao professor Seabra. A colega Júlia Batista, que dividiu comigo angústias e ajudou-me a encontrar soluções.

Pela compreensão e apoio, agradeço aos meus familiares, meu pai Cláudio e minha mãe dona Geralda, sempre disposta a me apoiar nos momentos mais difíceis, aos meus irmãos Cláudia, Cristhian e Cristiano. Aos meus filhos Catarina e Luiz Ernesto, que por muitas vezes tiveram que brincar sozinhos, enquanto a mamãe estudava; ao meu companheiro Lênin Braga, que esteve ao meu lado dando-me força e incentivando para eu ir ainda mais longe. Aos meus amigos do “Canto Libre” e “Associação Brasileiro-chilena de Amizade”, especialmente a Paula Taleikis, Maurício e Verônica Urzúa, que tanto me ensinaram sobre cultura da nossa latino-américa.

Finalmente, aos professores de ontem e hoje, que fizeram parte da trajetória e construíram comigo um sonho, que se concretiza nessas páginas.

A vocês, o meu muito obrigado.

Dedico,

À prof.^a Maria Angélica Soler, *in memoriam*.

*Cultivo una rosa blanca
en junio como enero
para el amigo sincero
que me da su mano franca.*

*Y para el cruel que me arranca
el corazón con que vivo,
cardo ni ortiga cultivo;
cultivo la rosa blanca.*

Jose Martí

RESUMO

ALVES, Adriana de Carvalho. **Brasil e Argentina, mediação pela cultura: a contribuição dos indígenas ao projeto nacional à luz dos textos de José de Alencar e Domingo Faustino Sarmiento** 95 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

O trabalho em questão tem por objetivo geral verificar quais visões acerca dos indígenas ficaram registradas nas narrativas do século XIX no Brasil e na Argentina. Para tanto, analisamos os textos “*Etnologia Americana*”, presente na obra “*Conflicto y armonias de las razas en América*”, de Domingo Faustino Sarmiento, e o romance indigenista “*O Guarani*”, de José de Alencar. Utilizamos a metodologia da análise comparativa para compreendermos alguns aspectos sociais dos dois países que, apesar de apresentarem realidades distintas, fizeram parte de um complexo quadro político, cultural e social da América Latina no século XIX; os dois países procuravam constituir-se enquanto Nação, tendo que solucionar algumas demandas herdadas do período colonial. O esforço de elaboração de um projeto nacional passava pela construção e reconhecimento de um passado nacional que incluía a questão indígena. Essa especificidade, inerente aos países latino-americanos, moveu nosso interesse para a pesquisa, dirigindo o esforço filológico no sentido interpretar como os textos acima mencionados apresentavam os indígenas. Com a finalidade de ampliar nossa compreensão sobre o tratamento dado à temática indígena no século XIX, realizamos leituras interdisciplinares que nos auxiliaram no sentido de revelar como se dava a produção do pensamento social, elemento que fundamentava as visões que os textos nos apresentam.

Palavras-chave: Literatura – indígenas - identidade nacional – projetos nacionais – representação

RESUMEN

ALVES, Adriana de Carvalho. **Brasil y Argentina, mediación por la cultura: la contribución de los indígenas al proyecto nacional a la luz de los textos de José de Alencar y Domingo Faustino Sarmiento**. 2012. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

El trabajo en cuestión tiene por objetivo general verificar cuales visiones acerca de los indígenas quedaron registradas en las narrativas del siglo XIX en Brasil y Argentina. Para esto, analizamos los textos “Etnología Americana”, presente en la obra “Conflicto y armonía de las razas en América”, de Domingo Faustino Sarmiento, y el romance indigenista “O Guarani (El Guaraní)”, de José de Alencar. Utilizamos la metodología del análisis comparativo para comprender algunos aspectos sociales de los dos países que, además de presentar realidades distintas, hicieron parte de un complejo cuadro político, cultural y social de América Latina en el siglo XIX; los dos países buscaban constituirse como Nación, debiendo solucionar algunas demandas heredadas del periodo colonial. El esfuerzo para la elaboración de un proyecto nacional llevaba en sí la construcción y reconocimiento de un pasado nacional que incluyera la cuestión indígena. Esta especificidad, inherente a los países latinoamericanos, dirigió nuestro interés hacia la pesquisa, priorizando el esfuerzo filológico en el sentido de interpretar cómo los textos arriba mencionados presentaban a los indígenas. Con el fin de ampliar nuestra comprensión acerca del tratamiento dado a la temática indígena en el siglo XIX, realizamos lecturas interdisciplinarias que nos auxiliaron en el sentido de revelar de qué manera se mostraba la producción del pensamiento social, elemento que fundamentaba las visiones que nos presentan los textos.

Palabras-clave: Literatura – indígenas – identidad nacional – proyectos nacionales – representación.

ABSTRACT

ALVES, Adriana de Carvalho. **Brazil and Argentina, mediation by the culture: the contribution of indigenous people to the national project in the light of the texts of José de Alencar and Domingo Faustino Sarmiento.** 2012. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

The work in question aims at general check which visions about the indigenous were recorded in the 19th century narratives in Brazil and in Argentina. To this end, we analyze the texts "American Ethnology", present in the work "Conflicto y armonias de las razas en América" by Domingo Faustino Sarmiento, and the Indian novel O Guarani, by José de Alencar. We use the methodology of comparative analysis to understand some social aspects of the two countries which, although present distinct realities, they were part of a complex political, cultural and social framework of Latin America in the 19th century; the two countries sought to establish itself as a nation having to solve some inherited from the colonial period demands. The effort to develop a national project passed by construction and recognition of a national past that included the indigenous question. This specificity, which is inherent to Latin American countries, moved our interest for research, driving the philological effort to interpret how the texts mentioned above presented the natives. In order to broaden our understanding of the treatment given to indigenous issues in the 19th century, we conduct interdisciplinary readings that helped to reveal how was the production of social thought, the aim that justify the visions that the texts present us.

Keywords: indigenous literature – national identity – national projects – representation.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I – Brasil e Argentina, mediação pela cultura	14
1.1 O fecundo século XIX como cenário para a produção literária.....	15
1.2 Considerações sobre o método comparativo	18
1.3 A troca de percepção entre as elites brasileiras e platinas.....	21
Capítulo II –Produção do pensamento social e as narrativas	24
2.1 A produção do pensamento social no Brasil e na Argentina	28
2.2. Breves apontamentos sobre a história de Buenos Aires	30
2.3 Intelectuais brasileiros e a questão indígena no século XIX	36
Capítulo III – Sarmiento e os indígenas argentinos	42
3.1 Os quéchuas: <i>por tres siglos han obedecido</i>	44
3.2 Guaranis: sujeitados pelas armas espirituais de persuasão	51
3.3 Araucanos: <i>mas indômitos, mas rehacios y menos aptos a la civilización</i>	56
3.4 Sarmiento e os indígenas da Argentina	62
Capítulo IV – Alencar e os indígenas brasileiros	63
4.1 A utilização dos termos em tupi	64
4.2 Peri	69
4.3 O confronto: aimorés x guaranis – a importância das crônicas	72
4.4 Porque me chamas Ceci?	77
4.5 Aspectos da nobreza de Peri	80
4.6 Sobre o mito	85
4.7 Alencar e os indígenas do Brasil	87

Considerações finais	89
Bibliografia	91

INTRODUÇÃO

A questão da construção da nacionalidade foi uma questão que alicerçou a discussão política e no século XIX, perpassando fronteiras da política, da sociologia, da literatura, em suma, mobilizando diversas esferas da sociedade e influenciando o pensamento social da América Latina. Movidos pelo interesse de identificar, nesse cenário, as posições sobre os índios e incorporação destes ao projeto de nacionalidade em construção, realizamos a leitura de textos de um autor argentino e de um brasileiro, a fim de verificar se é possível estabelecer um diálogo entre ambos, no que se refere as suas percepções sobre os indígenas.

A obra “*O Guarani*” de José de Alencar que, estando situada no cânone da literatura brasileira e contar com grande recepção e repercussão no momento de sua publicação, foi o texto escolhido para o nosso trabalho de análise. Da Argentina, procuramos realizar a leitura de “*Conflicto y armonías de las razas en América*”, de Domingo Faustino Sarmiento que, em sua primeira parte, consiste em um estudo etnológico dos grupos indígenas que povoaram a região do Prata no momento da conquista. A comparação entre ambos os textos será capaz de demonstrar o modo como ambos os autores se posicionam perante a problemática dos indígenas no projeto de nação.

Os debates sobre a constituição das nações e as referências para a construção das identidades nacionais contemplaram a problemática dos indígenas, posto que a presença destes em território exigia que se elaborasse, politicamente, ações para inseri-los nos projetos que estavam em curso. A leitura dos textos atende a este interesse ao fornecerem pistas sobre o modo como as elites conceberiam a inserção dos indígenas na nação.

José de Alencar (1829-1877) além de escritor e jornalista era ativamente envolvido com política, exercendo, ao longo da vida as funções de deputado estadual no Ceará, ministro da Justiça, entre outras. Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) foi governador da província de San Juan, embaixador da Argentina junto aos Estados

Unidos e esteve no comando da presidência da República Argentina entre os anos de 1868 a 1874.

Com atuações que se deslocam entre o político e o poético, os dois autores imprimiram sua marca na literatura do Brasil e na Argentina, contribuindo para a produção da cultura e da reflexão sobre a identidade da nação. Diante disso, tivemos por objetivo fazer a leitura dos textos averiguando como cada texto mencionava a figura dos indígenas. Em Sarmiento percebemos claramente seu interesse em elaborar uma classificação dos diferentes grupos indígenas – guaranis, quíchuas e araucanos – fazendo uso dos preceitos científicos que, à época, apontavam como grandes descobrimentos científicos. Ele menciona as pesquisas etnológicas em seu texto e busca relacionar estas descobertas ao que ele estava estudando. Assim, lança mão destes estudos para compor o quadro dos indígenas da região do Prata, fazendo uso de uma linguagem persuasiva.

No primeiro capítulo de nosso trabalho, procuramos estabelecer a importância dos estudos dos processos de mudança ocorridos no século XIX, com atenção especial à estrutura política que formou-se então. A perspectiva de um trabalho de análise pautado pela comparação entre as realidades Argentina e Brasileira é esmiuçado, a fim de explicitar as possibilidades que esta metodologia nos oferece. Procuramos ainda tratar do modo como as elites dos dois países se percebiam, de modo a identificar qual a opinião dos intelectuais e do governo sobre seus vizinhos. No segundo capítulo aprofundamos essa questão da percepção entre as elites, e utilizamos para isso fragmentos do texto “*Viajes*”, de Sarmiento. Nosso objeto ao analisar estes fragmentos foi apresentar uma leitura do Brasil sob a égide do argentino, pois o texto é registro das impressões que a sociedade brasileira causou no autor. Ainda no segundo capítulo pontuamos a trajetória de Buenos Aires, berço das discussões sobre o caráter do Estado nacional, da condição de marginalidade ao posto de capital federal, e de como esta trajetória influenciou os rumos do país.

Nossa atenção voltou-se também para as iniciativas do Império brasileiro em relação aos indígenas, através da legislação e discursos dos grandes expoentes da política brasileira, como José Bonifácio, que nos ajudam a entender o quadro político no qual os indígenas estavam inseridos e qual o espaço reservado a estes sujeitos. A

questão indígena merece ser estudada e, para os nossos propósitos foi fundamental verificar, mesmo que de forma generalizada, algumas práticas referentes ao objetivo civilizatório do Brasil em relação aos índios no século XIX.

Para averiguar a posição de Sarmiento em relação aos indígenas da Argentina, fizemos uma leitura pormenorizada do capítulo dedicado à etnologia americana, que faz parte da obra *“Conflicto y armonías de las razas en América”*. O autor busca recompor a história dos indígenas americanos, tendo como referencial os primeiros contatos entre estes e os espanhóis. Agrega a sua descrição informações referentes à estrutura física dos indígenas, procurando incorporar conceitos referentes à fisiologia, tratando de referendar uma postura teórica que relacionasse elementos fisiológicos à determinação do caráter destes. Nossa interpretação pautou-se na leitura do texto, buscando decifrar o que Sarmiento escreveu quando procurava definir sua concepção sobre os quéchuas, os guaranis e os araucanos.

Se a leitura de Sarmiento pauta-se sob o prisma sociológico e antropológico, com caráter classificatório, Alencar, por sua vez, vale-se do romance, expressando em sua narrativa elementos relacionados às virtudes da etnia guarani. Sua interpretação acerca dos indígenas tem, em comum com Sarmiento, o interesse de resgatar os primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas, acrescentando informações sobre a cultura indígena e trazendo à tona a figura do herói. Peri, o herói indígena, é envolvido em situações de conflito e demonstra, no decorrer da trama, nobreza, dedicação e perseverança como elementos constitutivos de seu caráter. Para isso, o autor assenta-se sobre registros elaborados pelos cronistas – outro artifício utilizado por Sarmiento.

Situações de encontro e confronto entre os conquistadores e os indígenas é o ingrediente que dão movimento às obras analisadas e, até onde pudemos apreender, são os assuntos predominantes nos dois textos. E o caráter do indígena foi moldado de acordo com atuação em diferentes situações em que esteve envolvido, exemplo disso é a caracterização dada por Alencar aos aimorés e por Sarmiento aos araucanos. Quanto mais distantes do modo de vida pretendido pelos europeus na América - seja ela portuguesa ou espanhola -, menos inseridos estavam estes indígenas no projeto nacional.

Capítulo 1 - Brasil e Argentina, mediação pela cultura

Brasil e Argentina, quando tomados como objeto de comparação, podem ser analisados a partir de diversos aspectos, pois são países que estão localizados num mesmo espaço geográfico, e compartilham uma história em comum. Esses elementos despertam o pesquisador para o interesse de trabalhar com a perspectiva do confronto de informações a fim de gerar uma sistematização do conhecimento para a melhor compreensão dos processos de formação da América Latina. Colonizados pelos reinos cristãos, explorados pela mentalidade mercantilista ibérica, assim foram introduzidos na economia mundial.

A mentalidade mercantilista desenvolvida pelos reinos ibéricos nos primeiros anos de conquista marcou o processo de colonização da América. Junto à mentalidade puramente econômica transportou-se para o novo continente um projeto cultural ibérico¹, alimentado pelo cristianismo. Foi o pensamento cristão o principal elemento de expansão e consolidação da cultura ibérica na América. Pensar o Brasil e a Argentina, no marco das comparações, exige observar atentamente essas semelhanças.

Apesar das semelhanças, as profundas diferenças entre os dois países também podem ser tomadas como ponto de partida, e estas se pautam no idioma, na herança da colonização e na construção das instituições. As diferenças se acentuaram durante o processo de independência dos dois países, a direção tomada no momento da constituição dos Estados Nacionais que, apesar orientarem-se no paradigma positivista, desenvolveram o poder político, a sociedade e as instituições de modo distinto. Um fato marcante da distinção política foi a edificação de um Império no Brasil e de Repúblicas na Bacia do Plata – onde se localiza a Argentina. Esta opção – republicana, na

¹ Conforme apontou Janice Theodoro da Silva. Descobrimentos e colonização. São Paulo: editora Ática, 1987. Pág. 7.

Argentina e imperial, no Brasil - foi um reflexo dos processos históricos decorrentes da política desenvolvida no momento colonial de ambos.

A história dos dois países muito já foi estudada, tendo como pressuposto principalmente os aspectos que privilegiaram os fatores políticos e econômicos. Contudo, acreditamos que existe espaço para análises que trabalhem com outras possibilidades, como a das representações, pois as correlações entre ambos não se restringem ao âmbito da política, economia ou das instituições. O trabalho de pesquisa que desenvolvemos foi um esforço que visou contribuir, sob a perspectiva da análise cultural, para a produção do conhecimento científico que seja capaz de provocar uma aproximação entre o Brasil e a Argentina, pois, como apontou Fernand Braudel, pelos mesmos caminhos onde circulam mercadorias circulam as ideias e os homens².

Nesse sentido, objetivamos perceber, através da leitura de algumas obras literárias dos dois países, como a figura do indígena foi incorporada à Literatura produzida no século XIX. Movidos por essa ambição, examinamos alguns escritos de Domingo Faustino Sarmiento e o romance “O guarani”, do escritor brasileiro José de Alencar. Não nos preocupa, no momento, analisar modelos de representação ou criar classificações, mas observar o modo como o indígena, enquanto elemento social foi incorporado à Literatura dos dois países, ou seja, em qual papel social enquadrava-se o indígena, e como tal figura era retratada nestas obras. Diante de tal problema, lançamos nosso questionamento aos textos, e através da investigação recolhemos evidências que foram capazes de apontar para o lugar, dentro do nacional, em que se localizavam os indígenas e qual era o espaço social dedicado a estes sujeitos. A literatura brasileira, através do romantismo, construiu o indígena como personagem. Na Argentina, através de Sarmiento, esboçava-se um projeto de cunho etnológico que, esquadrinhando as composições étnicas e procurava estabelecer a influencia dos diversos povos indígenas para a constituição da população argentina.

1.1 - O fecundo século XIX como cenário para a produção literária

² Citado por Boris Fausto e Fernando J. Devoto. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo, editora 34, 2004. p. 20.

A opção de utilizar como recorte o século XIX deve-se, sobretudo, à fecundidade de projetos políticos e sociais que moveram o período. Aquele foi um tempo que teve como características a crença no progresso e na ciência como instrumentos para a modernização e, orientados por tais ideias, os homens atuaram historicamente, procurando intervir nos processos de construção nacional, refletindo sobre os rumos tomados por seus países. Um exemplo desse interesse em intervir nas decisões referentes ao projeto de nação foi a chamada geração de 1837³, da Argentina. Os Estados Nacionais que então se emancipavam necessitavam de utopias que os alimentassem, e neste caminho rumo à concretização nacional, alguns autores ocuparam-se na reflexão sobre alguns dilemas que estavam a sua volta, apoiando-se em paradigmas então existentes para construir suas narrativas, e a Literatura refletiu, a nosso ver, as angústias que os moviam, captando o espírito daquela época.

Através do que foi produzido nas obras literárias, é possível perceber como os indivíduos do século XIX se percebiam e se representavam, dialogando com seu tempo e produzindo acerca dele. No entanto, essas narrativas não devem ser entendidas pelo pesquisador enquanto espelhos da realidade ou dos acontecimentos, mas como um modo encontrado para dar sentido às experiências daqueles que as produziram, materializando as ideias. Em “Literatura como Missão”⁴ Nicolau Sevcenko afirma que, dentro de uma pesquisa historiográfica, a Literatura contribui apontando não o sentido real das coisas, mas o seu “vir a ser”. Desse modo, a obra literária tem a ver com o produto das aspirações de quem a produziu, ocupando-se em apresentar a história que, em sua visão deveria ser, transcendendo para além dos limites do presente. E estas narrativas, que por oferecerem alguns elementos interessantes para análise, são a nosso ver, um importante objeto de estudo, merecendo por isso um exame pormenorizado.

Para conhecer as ideias que circulavam no século XIX, optamos por recorrer à produção literária, para podermos descobrir como os sujeitos que viviam naquele período produziam suas narrativas de nação e, no caso que nos interessa, utilizando como veículo os romances. É necessário que levemos em consideração também o que

³ Sobre a geração de 1837, consultar Nicolas Shumway. *A invenção da Argentina: história de uma ideia*. São Paulo: Edusp, 2008.

⁴ Nicolau Sevcenko. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

circulava no meio intelectual naquele período, pois as ideias disseminadas estavam impregnadas de seu meio, ou seja, não seria possível àqueles autores realizar uma produção artística desarticulada de sua época. Optamos por desenvolver a análise tendo como suporte a Literatura justamente por corroborarmos a proposição de Nicolau Sevcenko, a qual sustenta que esta linguagem é portadora de projetos, e nos interessa verificar qual o projeto de nação havia e como os indígenas seriam incorporados a ele.

O sentimento de “vir a ser”, aliado a uma característica que, a nosso ver, atua no campo da subjetividade que é, nas palavras de Edgar Morin, a farta contribuição reflexiva sobre a condição humana⁵ que a Literatura oferece, são os privilégios que esta produção artística nos propõe. A capacidade de conduzir para uma interpretação que considere esteticamente os fenômenos avaliados é outra importante particularidade da linguagem literária, que sendo uma representação humana elaborada se dedica a satisfazer a fantasia, o imaginário. Morin acrescenta que

a cultura humanística é uma cultura genérica, que, por via da filosofia, do ensaio, do romance, alimenta a inteligência geral, enfrenta as grandes interrogações humanas, estimula a reflexão sobre o saber e favorece a integração pessoal dos conhecimentos. ⁶

A Literatura, que faz parte da chamada cultura humanística citada por Morin, é um importante modo de representação, por apresentar a possibilidade de alimentar a inteligência e estimular o saber, e principalmente, no que se refere às possibilidades de atingir e problematizar as grandes interrogações humanas. E é desta possibilidade que nos aproveitamos para localizar as visões de povo que ficaram registradas nas obras publicadas na segunda metade do século XIX. Propomos a literatura como sendo um recurso a ser investigado porque acreditamos que esta forma de representação é um importante produto artístico, capaz de capturar as projeções de uma época e, sendo um

⁵ Edgar Morin. *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

⁶ Edgar Morin. *op. cit.*, p.17.

elemento que compõe a cultura, tem a potencialidade de dialogar através das diversas temporalidades.

Para tratar das possibilidades que este tipo de interpretação oferece, concordamos com Alfredo Bosi⁷ quando este afirma que cultura supõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro, e desse modo é possível ler a produção literária como uma fonte documental para fins de pesquisa histórica, guardadas a especificidade da linguagem literária, e aliada a outras formas de produção, pode ser utilizada para esboçar o quadro social do período que nos dispomos a examinar. Sevcenko, quando trata do uso da Literatura como recurso documental, diz que essa forma de representação não se restringe a agradar e a comover, pois é uma produção elaborada a partir de elementos sugeridos pela sociedade e o tempo daquele que a produziu, ou seja, por ser uma linguagem portadora de certa intencionalidade é capaz de remeter ao contexto histórico em que foi produzida, pois recolhe alguns elementos que são passíveis de interpretação, colaborando para a produção do conhecimento sobre o período.

José de Alencar e Domingo Faustino Sarmiento não produziram seus textos no mesmo país, ou no mesmo ano, mas ao fazermos um recorte pontuado pela temática e pelas preocupações literárias de ambos, podemos estudá-los utilizando a metodologia da comparação. O fato de não serem contemporâneos não extingue a possibilidade de análise, apenas torna essa tarefa mais estimulante.

1.2 - Considerações sobre o método comparativo

Ao optarmos pela utilização da metodologia da análise comparativa, orientamos nossa escolha por acreditarmos que a produção do conhecimento não se dá de modo estanque, ou seja, o conhecimento não está isolado, é possível estabelecer diálogo entre os objetos de estudo. A perspectiva da análise comparativa é considerada por Morin como um importante instrumento de trabalho para o pesquisador, isso porque foge à perspectiva binária do conhecimento, além de escapar das concepções colonialistas do saber.

7 Ver Alfredo Bosi. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

A ideia de perceber as semelhanças e diferenças existentes entre os países da América Latina apresenta-se enquanto um farto campo de trabalho, repleto de possibilidades de investigação, mas também apresenta algumas limitações. A cautela, de acordo com Maria Lígia Coelho Prado, deve ser a de não produzir um conhecimento que tenha como referência paradigmas eurocêntricos, ou seja, o pesquisador deve estar atento para não assumir uma visão colada ao eurocentrismo⁸. Esta visão eurocêntrica produz um conhecimento carente de embasamento, e faz com que haja um distanciamento da realidade da região, turvando a compreensão, desviando das problemáticas específicas, o que ocasiona a incapacidade de contemplar as especificidades inerentes à América Latina.

Verificando a abundância de possibilidades que a história comparativa latino-americana propicia, Maria Ligia Coelho Prado alerta que

Na medida em que a história de cada país da América Latina corre paralelamente às demais, atravessando situações bastante semelhantes – a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados Nacionais, a preeminência inglesa, (...) não há, do meu ponto de vista, como fugir às comparações. Em vez de manter os olhos fixos na Europa, é muito mais estimulante, para o pesquisador, olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola.⁹

A autora, ao tratar da riqueza do estudo comparativo entre o Brasil e os demais países da região, argumenta que através do mesmo é possível aguçar a percepção dos processos políticos, econômicos e sociais latino-americanos, inserindo o Brasil neste quadro referencial, e este é, a nosso ver um importante desafio, pois propicia um olhar mais abrangente dos processos históricos nos quais o país está inserido, uma vez que também compõe a América Latina. Mas ao estabelecer um estudo comparativo é

⁸ Maria Lígia Coelho Prado. *Repensando a história comparada da América Latina*. Revista de História, número 153, 2005. p. 14.

⁹ Maria Lígia Coelho Prado. *América latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 20.

necessário que tomemos o cuidado de não conduzir o trabalho de pesquisa de modo dicotômico, pois a comparação pressupõe não considerar as partes isoladamente, mas estabelecer diálogo entre elas. E para Marc Bloch, tratar os processos históricos sob o ponto de vista da comparação seria muito mais um instrumento de trabalho que um método propriamente dito¹⁰. Para Bloch, o trabalho com a história comparada pressupõe certa similaridade dos fatos observados, e certa dessemelhança dos ambientes em que eles ocorriam. Estes requisitos devem estar aliados a uma escolha seletiva dos objetos de estudo, de modo que o resultado final não seja suscetível a falsas analogias ou anacronismos históricos.

Tendo como referência o que afirmou Maria Ligia Coelho Prado, podemos localizar que, na perspectiva de Marc Bloch, a América Latina oferece na medida ideal considerável material de trabalho. É uma história que se entrecruza e se afasta e, nos processos de afirmação das identidades, os povos distanciaram-se e buscaram os referenciais para sua constituição. A produção do pensamento social elaborado reflete essa trajetória singular e é parte dela, na medida em que as semelhanças passam a ser reconhecidas e as diferenças agudizadas.

O historiador Boris Fausto alerta para as potencialidades de uma perspectiva comparativa envolvendo Brasil e Argentina e recupera a afirmação de Marc Bloch quando este coloca como premissa a conjugação de dois fatores necessários, senão imperativos, para a execução de um trabalho comparativo. Para ele, a combinação ideal seria a de duas sociedades próximas no espaço, cujos processos históricos se desenvolveram no mesmo quadro temporal¹¹, o que resgata o conceito de “história que corre paralelamente”, desenvolvido por Maria Ligia Coelho Prado e anteriormente citado.

Ao refletir sobre as relações desenvolvidas entre Brasil e Argentina no decurso da história, Boris Fausto aponta o Uruguai como sendo um elemento que abrandou as tensões entre ambos. Para ele, aquele país, por conta de sua localização - em boa parte

¹⁰ Ver Boris Fausto e Fernando J. Devoto, 2005. *op. cit.* Essas asserções têm como referência os apontamentos presentes na Introdução dessa obra.

¹¹ Citado por Boris Fausto e Fernando J. Devoto, 2005. *op. cit.*, p. 20.

da fronteira - funcionou como um amortecedor entre os dois países¹², sendo por vezes elemento de disputa. Não temos por objeto as discussões referentes à fronteira, no entanto, não há como ignorar o interesse que o Uruguai despertou nos países. Considerando a afirmação de Marc Bloch quando este salienta que a unidade do lugar é apenas desordem e somente a unidade do problema apresenta um centro¹³. Veremos, no decorrer do trabalho que então desenvolvemos, qual tratamento recebeu o personagem indígena, eleito como a unidade do problema, na literatura do Brasil e da Argentina. A construção das visões de indígena é o centro com o qual nos preocuparemos e, a nosso ver, é uma questão que perpassa o problema da configuração territorial, sendo que o que nos interessa no momento é a possibilidade de entrecruzamento dos olhares, para além da questão de território.

1.3 – A troca de percepção entre as elites brasileiras e platinas

Havia, até onde pudemos aferir, uma constante troca de percepções entre os pensadores - as elites - do Brasil e da Argentina, e as impressões que foram produzidas servem de registro quando nos prestamos à tarefa de analisar o modo como se dava a relação entre ambos. Boris Fausto, ao escrever sobre estas impressões, relata que as elites políticas e intelectuais de ambos os países tratavam-se tendo como base um sentimento de desconfiança e clara competição. Sobre as elites brasileiras o autor menciona que

No século XIX as elites imperiais brasileiras viam desse modo as “bárbaras” repúblicas sul-americanas onde tudo parecia desordem, anarquia e guerra, ausência de classes dirigentes e de um verdadeiro refinamento social como o da corte imperial. ¹⁴

¹² Ver Boris Fausto e Fernando J. Devoto, 2005. *op. cit.*, p. 20.

¹³ Citado por Maria Lígia Coelho Prado, 1986 *op. cit.*, p. 18.

¹⁴ Ver Boris Fausto e Fernando J. Devoto, 2005. *op. cit.*, p. 23.

Este fato pode ser entendido quando tomamos o fato de que, num mesmo período histórico, desenvolviam-se duas sociedades que, apoiadas em dois sistemas de administração¹⁵ distintos, produziram formações sociais tão diversas, bem como de modo diverso concebiam a política. Os brasileiros turvavam seu olhar diante das possibilidades que o modo republicano de conduzir política propiciava. Os ares modernos que sopravam no quintal do vizinho não foram capazes de abalar o sistema político estruturado no Brasil e o cenário político de disputas entre os federalistas e unitários que ocorria na Argentina acentuava tal desconfiança.

Ao tratar da versão dos Monarquistas sobre o sistema de governo apoiado no poder do monarca, Emilia Viotti da Costa alega que os mesmos traziam à tona as benfeitorias do regime, sendo essas a garantia da paz interna e externa, o que assegurou a unidade nacional, o progresso, a liberdade e o prestígio internacional¹⁶. A autora é mais explícita ao afirmar que

Atribuindo a instabilidade dos demais países latino-americanos à forma republicana de governo, as classes dominantes brasileiras adotaram, em 1822, uma monarquia constitucional com a qual esperavam conseguir unidade e estabilidade política. Atemorizados pelos espectros da Revolução Francesa e da revolta de escravos no Haiti, desconfiavam tanto do absolutismo monárquico quanto dos levantes populares revolucionários e estavam decididos a restringir o poder do imperador e a manter o povo sob controle.¹⁷

Sobre a visão que era comum no outro lado da fronteira, Boris Fausto assevera que

¹⁵ Os sistemas a que nos referimos são a República e o Império.

¹⁶ A esse respeito consultar Emilia Viotti da Costa. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: editora UNESP, 1999. p. 393.

¹⁷ Emilia Viotti da Costa, 1999. *op. cit.*, p. 132.

Inversamente, na região rio-platense, do ponto de vista de uma democracia e de um igualitarismo social mais enraizados na retórica do que na prática, encarava-se com desprezo o Império e a sociedade escravista.¹⁸

Esse sentimento argentino de democracia e de igualdade que, de acordo com Fausto, repousava mais na retórica que na prática, tinha no regime escravocrata praticado no Brasil outro fator de repulsa, alimentando a crítica ao império brasileiro. Fundamentando este raciocínio, o autor prossegue salientando que

Talvez nem tanto por causa da própria escravidão, mas porque esta era pouco européia e, portanto, contrariava o projeto de Argentina acalentado por muitos a partir da chegada maciça de imigrantes. Mas nem por isso os argentinos que visitavam o Rio de Janeiro deixavam de perceber o maior nível de “civilização” que parecia emergir nessa cidade durante boa parte do século XIX¹⁹.

A esse respeito, examinamos a obra de Sarmiento a fim de localizar elementos que pudessem ilustrar tal afirmação. Nesse sentido, verificamos que na obra “*Viajes*”, publicada em 1849, o autor elaborou um rigoroso registro contendo as impressões que teve ao visitar diversas regiões do mundo. O Brasil constava nesse roteiro e foi objeto de reflexão e através desse texto é possível visualizar a percepção que o autor levou consigo quando finda a viagem.

¹⁸ Ver Boris Fausto e Fernando J. Devoto, 2005. *op. cit.*, p. 23.

¹⁹ Ver Boris Fausto e Fernando J. Devoto, 2005. *op. cit.*, p. 23-24.

Capítulo 2 – Produção do pensamento social e as narrativas

A visita de Sarmiento ao Rio de Janeiro, então capital do império brasileiro, ocorreu no ano de 1846. Foi produzido um substancial relato, onde as características da sociedade, os costumes e as riquezas naturais foram abordadas. Ao ter acesso a tal relato, percebemos que, apesar de destacar as belezas da paisagem, o julgamento do autor sobre o panorama não era dos mais agradáveis, e ele exprime sua aversão ao contexto social brasileiro em diversos momentos de sua narrativa, conforme demonstrado a seguir

*... asómome a la ventana que domina la Plaza, y la esclavatura se me presenta en toda su deformidad. Larga recua de negros encorvados bajo el peso de la carga, seguian al trote, al madrin que en la delantera agitava sonajas de cascabeles y campanillas. Negros arrieros cerraban la procesios, chasqueando sus látigos sonoros para avivar el paso de las mulas humanas y aquellas bestias en dos pies, lejos de gemir bajo el peso, canta para animarse con el compas de su voz.*²⁰

Nesta passagem do texto, o leitor é conduzido a uma paisagem de intensa barbárie, onde seres humanos executam a tarefa que caberia às mulas, andando encurvados por conta do peso da carga excessiva. Esses negros, submetidos a um ritmo de trabalho tão degradante, eram vigiados por outros negros, mas ao invés de

²⁰ Domingo Faustino Sarmiento. *Viajes por Europa, África y Estados Unidos*, 1849. Disponível em www.proyectosarmiento.com.ar.

reclamarem da fadiga e do trabalho árduo, cantavam. Essa cantoria era interpretada pelo autor como uma fuga, uma estratégia para que se distanciassem da realidade, de modo a deixar de lado a condição indigna a qual estavam submetidos. Para ele, a raça negra foi colocada na escala mais baixa da dignidade humana, pois foi privada da liberdade, conceito tão valorizado no âmbito positivista, sendo uma das insígnias do Liberalismo. Para Sarmiento, a escravidão de raça era considerada enquanto uma deformidade e evidenciava baixo grau de desenvolvimento social e tecnológico, para isso, o autor traça paralelos com o regime de escravidão praticado na Roma antiga, que poderia ser justificada, de acordo com o mesmo, pela necessidade de obter provisões.

Se resgatarmos a citação anteriormente transcrita, na qual Boris Fausto examina a percepção dos argentinos sobre a escravidão brasileira, encontramos certa similaridade entre os fragmentos. O historiador brasileiro afirma que os motivos da repulsa que a escravidão causava poderiam ser explicadas “talvez nem tanto por causa da própria escravidão, mas porque esta era pouco européia”, ou seja, o que estava em pauta naquele momento não era necessariamente a permanência de uma prática degradante de exploração da força de trabalho, mas a inadequação desta prática àquele período histórico, ou seja, a escravidão, naquele momento, representava um anacronismo histórico.

Sarmiento é enfático ao marcar uma posição contrária ao sistema escravocrata e justifica tal posição alegando que a inconsistência repousa no fato de que este é anacrônico, e para ele “*la esclavatura es como los pañales de la industria*”²¹. Ou seja, era chegado o tempo em que a industrialização deveria ser estimulada na América Latina, suplantando as formas mais “atrasadas” de organização econômica.

Para ele, desenvolvimento técnico teria que, necessariamente, suprimir a escravidão. Assim, o autor explicita que

Pero cuando el hombre se ha encontrado en posesion de las matemáticas, ha dejado de explotar hombres y sustituido a la fuerza de los caballos mismos, la del vapor que pone en movimiento las maquinas de su invención. Hay esclavos

²¹ Domingo Faustino Sarmiento, 1849. *op. cit.*

*donde no hay poderes dinâmicos, donde el individuo se reconoce débil en presencia de las resistências físicas; hailos en el Brasil, en Cuba y en la estremidad sur de los Estados Unidos*²² .

Podemos perceber que, para Sarmiento, o domínio da técnica era considerado elemento necessário ao desenvolvimento social sendo por este motivo fortemente por ele defendido. Assim, alavancar o desenvolvimento tecnológico (matemáticas, vapor, máquinas), era um eficaz mecanismo de promoção do desenvolvimento econômico e social, e apenas desse modo poderia ocorrer o domínio da barbárie – o desenvolvimento tecnológico deveria estar ancorado no progresso da ciência. Esta ideia é exposta com mais fervor em uma conferência proferida pelo autor em 1882²³, organizada pelo Círculo Médico Argentino, por ocasião da morte do naturalista Charles Darwin. Em determinado momento desta conferência, registrada em um texto a qual tivemos a possibilidade de examinar, são abordados fatos referentes à história da ciência e da evolução do pensamento racional e do método científico enquanto fator determinante para o avanço da humanidade.

No relato elaborado por Sarmiento quando este se encontrava na capital do império brasileiro, podemos encontrar muito mais descrições que as referentes às mazelas sociais ou o baixo nível de desenvolvimento tecnológico em que se encontrava o país. O autor argentino tece uma minuciosa descrição da paisagem natural do Rio de Janeiro. Em seu relato, vale-se de um tom mais moderado, próprio daqueles que vislumbram tão singular paisagem. Sobre as características gerais da cidade ele diz que

*las calles centrales de la ciudad son estrechísimas, quizá consultando en ello la escasez de vehículos para el movimiento de las mercaderías que hacen los negros en hombro.*²⁴

²² Domingo Faustino Sarmiento, 1849. *op. cit.*

²³ Fonte: “*Conferencia leída en el Teatro Nacional, despues de la muerte de Charles Darwin. 19 de mayo de 1882*”. Disponível em www.proyectosarmiento.com.ar.

²⁴ Domingo Faustino Sarmiento, 1849. *op. cit.*

Verificamos que, mesmo tratando de aspectos mais gerais, como as ruas estreitas do centro da cidade e a ausência de veículos para transportar mercadorias, ele não poupa o leitor de sua observação social, pois faz questão de enfatizar que o transporte das mercadorias é executado pelos escravos, que as carregam nos ombros. Esse elemento revela teor qualitativo que é atribuído à sua narrativa, assumindo uma posição crítica.

A partir de tais elementos, é possível verificar que, ao tratar das questões sociais e políticas adotadas pelo império, havia, por parte de Sarmiento, certa desaprovação. Porém, “*Viajes*” também nos brinda com belos relatos sobre a paisagem natural. Em determinado ponto da narrativa ele diz que

*allí colocado el espectador, ve de un golpe desenvolverse ante sus ojos la hasta entonces escondida bahia de catorze léguas de profundidad, sembrada de islas, verdinegras en primer plano, azules mas lejos, y blanquecinas al fin, como para quitar la monotonia de punto de vista tan vasto, terminando a lo lejos el horizonte la montaña de los Órganos, que eleva al cielo sus picos de mayor a menor como las flautas de instrumento que le da nombre.*²⁵

Também é instigante a análise que o autor faz da cidade, e para tal busca analogias com outros espaços urbanos latino-americanos, preocupando-se em comparar às realidades que ele conheceu no Chile, no Uruguai e na própria Argentina. Recebemos com interesse esses dados, que podem ser identificado como um esforço do autor em elaborar comparações, uma vez que tais análises foram construídas tendo como objeto as cidades latino-americanas do século XIX, em suas especificidades e aproximações.

E ao referir-se às edificações, reconhece que

²⁵ Domingo Faustino Sarmiento, 1849. *op. cit.*

*Entre las ventajas con que la naturaleza se há complacido en dotar a Rio de Janeiro, cuenta la inapreciable de la mas rica especie de granito azul con criaderos de rubi. (...) En Chile, desde el mas rico propietario hasta el infeliz labriego, construyen con barro o adobes y reboques de tierra mojada. En Montevideo la construcción se hace con ladrillo y cal exclusivamente (...). En Rio de Janeiro se construye con granito, cortado en paralelogramos que sostienen el marco de las ventanas y puertas (...). Con tan durables elementos de construcción, ayudados de mármoles de Italia, jarrones, bustos, estatuas, azulejos y arabescos en estuco con que decoran los frisos, los edificios toman un aspecto risueño y culto a la vez.*²⁶

A atenção do autor é dedicada também a alguns pontos turísticos da cidade, como o morro de Santa Teresa, palácio São Cristóvão. Demonstrando imensa admiração diz que *“el paisaje que desde la cumbre del Corcovado se descubre es estupendo”*. O que não agradou Sarmiento foi o alegre carnaval, do qual ele fugiu indo juntamente com Rugendas²⁷ ao Jardim Botânico. Em companhia do botânico König (responsável pelo local), o autor diz que coisa impressionante é visitar um jardim acompanhado de um naturalista que, *“apasionado como lo son casi todos de esta segunda creación que la ciência ha hecho, clasificando las plantas, estudiándolas en su origen, familia, costumbres, etc., como se fueran pueblos de distintas razas y países”*.

Semelhante trabalho de classificação foi executado posteriormente por Sarmiento quando este se dedica a estudar as raças que compuseram o povo argentino. Este estudo classificatório, denominado *“Etnologia americana”* é um capítulo da obra *“Conflicto y armonias de las razas en América”*, publicado em 1883, e sua leitura revela que havia, por parte do autor, um profundo apreço ao método científico, e foi a essa obra que dirigimos nosso olhar, procurando identificar suas posições sobre os indígenas.

²⁶ Domingo Faustino Sarmiento. 1849. *op. cit.*

²⁷ Johann Moritz Rugendas: pintor alemão que esteve no Brasil entre os anos de 1822 a 1825. Dedicou-se a tarefa de registrar as paisagens e as características do povo brasileiro através de pinturas e desenhos. Elaborou um importante acervo visual com a fauna, flora e população.

2.1 A produção do pensamento social no Brasil e na Argentina

Alimentados pelo paradigma positivista e liberal, Brasil e Argentina tinham diante de si a tarefa de consolidar a nação. Após a suplantação do domínio colonial, o solo das intenções e projetos nacionais foi semeado. Percebemos que, apesar de partilharem o mesmo referencial de desenvolvimento, houve um distanciamento no que se refere às práticas.

Em “Sete lições sobre as interpretações do Brasil” Bernardo Ricupero reflete sobre a produção do pensamento social no Brasil. Indagando sobre as limitações de interpretação do Brasil, aponta que esta interpretação não foi foco de atenção por parte dos intelectuais ainda no século XIX por questões pontuais. Alega que as preocupações com esse trabalho interpretativo deslocaram-se para o século XX porque as necessidades teóricas do século XIX se pautavam na construção dos referenciais para o país que então se emancipava da metrópole portuguesa. O autor acrescenta que, apenas na década de 30 houve por parte dos intelectuais brasileiros (dentre eles Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda entre outros), um interesse mais efetivo em explicar o país produzindo, através desta interpretação, um grande balanço da história do Brasil. Quando reflete sobre este tema, o autor diz que durante o século XIX

(...) as interpretações do Brasil estavam, de certa maneira, bloqueadas durante maior parte do século XIX, já que a investigação mais totalizante a respeito do país era impedida pelas próprias condições da sociedade de então, na qual o fato dominante era o trabalho escravo. Assim, havia uma espécie de acordo tácito entre os participantes do debate político e cultural que excluía da discussão certos temas, principalmente relacionados com a escravidão. Nesse quadro, a Literatura da época limitava-se a tratar de assuntos como índios heróicos, os desmandos do imperador, a centralização e descentralização²⁸.

²⁸ Ver Bernardo Ricupero. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: editora Alameda, 2008. p. 22.

De acordo com esse autor, a produção do pensamento social no século XX deparava-se com uma limitação, advinda das condições da própria sociedade, condições essas dadas pela manutenção da escravidão. Os intelectuais, dedicados a refletir sobre o país e elaborar estudos críticos sobre seu desenvolvimento, não tinham, de acordo com Ricupero, a autonomia necessária para a execução de tal tarefa, posto que estes estavam atrelados ao sistema político e com ele estabeleciam acordos. Entendemos que o modo como os conflitos sociais eram retratados nas obras românticas brasileiras refletem esta tendência apontada por Ricupero. Nesse sentido é esclarecedora a proposição de Marco Morel a esse respeito.

Em um ensaio²⁹ dedicado a problematização das representações feitas pelo romantismo indigenista aos Botocudos³⁰, Morel sustenta, entre outras coisas, que o indianismo romântico tratava os tupis como o protótipo do bom selvagem, esvaziado de personalidade e alheio à resistência, coisa que não poderia ser feita com os botocudos, que estavam em constante atrito com os brancos. Morel analisa esta questão justificando que a opção por tratar dos personagens indígenas do tempo passado - com enredos que remetem aos primeiros momentos da colonização do Brasil – se explicaria porque não havia interesse, por parte dos românticos, de se problematizar ou questionar a realidade dos índios da época.

2.2 Breves apontamentos sobre a história de Buenos Aires

Na Argentina, a produção do pensamento social durante os meados do século XIX esteve atrelada aos conflitos inerentes ao processo de consolidação política. Após a independência ocorreram inúmeras disputas, uma vez que as classes dirigentes rivalizavam em relação à condução política do Estado.

Para compreendermos a origem destas disputas, devemos resgatar alguns elementos referentes à história da região onde se consolidaria o Estado que hoje

²⁹ Marco Morel. O mau selvagem: índios invisíveis no Romantismo brasileiro. In: *Entre a Monarquia e a República: Imprensa, Pensamento Político e Historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: editora UERJ.

³⁰ Os Botocudos são também denominados como Aimorés ou Tapuia.

conhecemos como Argentina. Emanuel da Veiga Garcia em “As duas argentinas”³¹, apresenta as transformações pelas quais passou a região da Bacia do rio da Prata e sua evolução, mostrando como o porto de Buenos Aires - e a cidade que se formou em seu entorno - atingiu posição de destaque, chegando à condição de capital federal. O autor nos esclarece que durante a colonização espanhola na América, as atenções da metrópole concentravam-se nas regiões mineradoras, que movimentavam as relações econômicas e produziam a riqueza. E que

Buenos Aires, a despeito de sua magnífica posição geográfica, durante os dois primeiros séculos da colonização espanhola na América, não teve oportunidades para o seu desenvolvimento, quer no plano econômico, quer nos campos político e social. Não há dúvida de que a falta de metais nobres tinham concorrido para o ostracismo *portenho*. Contudo, a primeira etapa do relacionamento comercial entre a Espanha e suas colônias americanas, o “monopólio régio”, não aquinhoou o litoral rio-platense (...). Dessa forma, a região viu-se ilhada, esquecida das atenções metropolitanas, enfrentando os mais temíveis problemas, inclusive o da própria subsistência.³²

O esquema estabelecido pela administração colonial espanhola favorecia o monopólio comercial nas regiões mineradoras e, aos poucos, possibilitou o surgimento de uma pequena classe privilegiada, ligada as atividades mercantis. De acordo com este esquema colonial, as mercadorias europeias deveriam entrar em território americano por Portobelo, único centro de distribuição autorizado, após este ingresso, cabia aos comerciantes limenhos o monopólio na distribuição e comercialização.

Inseridos no contexto colonialista espanhol, os gananciosos mercadores limenhos valiam-se da magnífica oportunidade de abastecerem a região mineira

³¹ As duas Argentinas: a primeira localizava-se na foz do rio da Prata, onde está a cidade de Buenos Aires; a segunda era o interior que, a partir de Córdoba, por conta da proximidade com o Alto Peru, era economicamente ativa e próspera.

³² Emanuel da Veiga Garcia, 1990. *op. cit.*, p. 7.

do Alto Peru, onde as minas de Potosí, Oruro e Huancavélica criavam excelentes condições para o consumo de gêneros europeus.³³

A região da bacia do Plata estava alheia a este esquema colonial e não havia, por parte da coroa espanhola, interesse ocupar ou colonizar o território nem de desenvolver qualquer tipo de atividade naquela região, tão afastada do centro de interesse à época, que eram as regiões mineradoras do Alto Peru.

A política mercantilista da Espanha tinha como meta a “canalização de todas as riquezas metálicas para os cofres metropolitanos, daí as restrições comerciais impostas a determinadas áreas coloniais”³⁴ por esse motivo, havia a necessidade de proibir a circulação das mercadorias por outras rotas, senão aquelas previamente estabelecidas logo, Buenos Aires estava fora do eixo de interesse. Essa restrição imposta à região da bacia do rio da Prata abalou as intenções desenvolvimentistas dos fundadores de Buenos Aires, que tentaram sem sucesso, localizar riquezas metálicas no interior, tendo como incentivo para esta empreitada era o mito da Serra de Prata.

O pequeno núcleo populacional que começou a desenvolver-se em Buenos Aires sucumbiu em decorrência de surtos de malária e do ataque de indígenas.

Em 1541, Buenos Aires desaparecia melancolicamente. Os remanescentes de sua população dirigiram-se para Assunção do Paraguai, onde se integraram aos antigos elementos da expedição de Pedro de Mendoza.³⁵

³³ Emanuel Soares da Veiga Garcia. *O Comércio ultramarino espanhol no Prata*. São Paulo: editora Perspectiva - Khronos 13, 1982 . p. 17

³⁴ Emanuel Soares da Veiga Garcia, 1882. *op. cit.*, p. 15.

³⁵ Emanuel Soares da Veiga Garcia, 1882. *op. cit.*, p. 16.

Contudo, a extinção deste pequeno núcleo populacional não significou o fim de Buenos Aires. A cidade foi refundada em 1580, por iniciativa de Juan de Garay, que solicitou junto a *Audiência de Charcas* a autorização para a fundação de um porto no estuário do rio da Prata. Nesta refundação somaram-se os esforços dos habitantes de Assunção, atual Paraguai. De acordo com Emanuel Soares da Veiga Garcia, a segunda refundação de Buenos Aires atendeu a uma demanda interiorana, e esta iniciativa partia do desejo dos habitantes de Assunção de criar uma rota comercial mais ao sul, que beneficiasse as populações da bacia do Prata.

O fator que modificou essa relação de inferioridade da região da bacia do Prata e consequentemente, do porto de Buenos Aires, foi uma reforma política ocorrida em 1776, que ocasionou na criação do vice-reino da Plata, com sede em Buenos Aires. O rei Carlos III, preocupado com a tomada definitiva da colônia do Sacramento, foi o responsável por esta decisão, que propiciou a emancipação política rio-platina frente ao Alto Peru. Os portos de Buenos Aires e Montevideú foram plenamente habilitados. Assim, Buenos Aires teve sua grande oportunidade de participar do comércio ultramarino espanhol num momento em que a Espanha abria as portas para a entrada de mercadorias de origem europeia ³⁶.

Com a progressiva diminuição da produção de metais no Alto Peru, o interior da Argentina se empobrecia, posto que seu desenvolvimento e prosperidade dependiam das regiões mineradoras, uma vez que era o oeste argentino – próximo ao altiplano andino - um centro de abastecimento, fornecendo alimentos (carne, arroz, legumes, frutas), algodão e gado³⁷ às regiões mineradoras. A inversão dessa lógica, com a concentração de interesses metropolitanos na região do porto de Buenos Aires foi o germe da ideia de existirem “duas argentinas”, originadas pelo desequilíbrio econômico.

As discrepâncias entre as duas argentinas coloniais persistem na medida em que o desenvolvimento da primeira se fez às custas da segunda. Enquanto a primeira experimenta um desenvolvimento espetacular, marcado pelo fomento da

³⁶ Ver Emanuel da Veiga Garcia, 1990. *op. cit.*, p. 10.

³⁷ Conforme mencionado por Emanuel Soares da Veiga Garcia, 1982. *op. cit.*, p. 20.

pecuária, da agricultura, principalmente em Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios e Corrientes, a segunda assiste, melancolicamente, ao crescimento das correntes migratórias. Esse fenômeno estabelece um quadro demográfico marcado pela desproporção populacional entre as duas Argentinas coloniais.³⁸

Essa trajetória política peculiar, marcada pela disparidade entre as regiões interiorana e litorânea da Argentina, perpetuou-se durante os debates em torno da independência da Argentina. A disputa consolidou-se politicamente através de dois grupos, os federalistas e os unitários, que divergiam quanto à organização do Estado que então se constituía. Ao referir-se a situação política existente nos momentos pós-independência, Maria Lígia Coelho Prado esclarece que

O país estava dividido politicamente entre aqueles que propunham um governo centralizado – os unitários – e os que advogavam a autonomia radical das províncias – os federalistas. As divergências foram de tal envergadura, que só se pode falar em Estado Nacional organizado depois de 1862, quando Bartolomeu Mitre assumiu a presidência nacional. Até essa data, guerras civis cindiram a sociedade argentina.³⁹

Esse ambiente de disputas favoreceu o surgimento de um grupo de intelectuais reconhecidos pela crítica social, guiados pelo liberalismo e alinhados aos unitários. Intelectuais que “pensavam a formação de um Estado guiado pelas luzes da razão” e queriam moldar uma constituição federal guiada por esses referenciais, Domingo Faustino Sarmiento pertenceu a esse grupo. A esse respeito Maria Lígia Coelho Prado nos indica que

³⁸ Ver Emanuel da Veiga Garcia, 1990. *op. cit.*, p. 76.

³⁹ Maria Lígia Coelho Prado, 2004. *op. cit.*, p. 153-154.

Formou-se no exterior – Uruguai e Chile principalmente – um grupo importante de opositores ferrenhos a seu governo⁴⁰, conhecidos posteriormente como a geração de 1837. Dentre as figuras mais importantes destacavam-se Juan Bautista Alberdi e Esteban Echeverria, entre outros. A estes juntou-se Domingo Faustino Sarmiento, futuro presidente da República Argentina, responsável por um dos livros de maior impacto no século XIX argentino: *Facundo ou Civilização e Barbárie*. Nele, Sarmiento fazia o retrato da vida de Facundo Quiroga, caudilho de La Rioja e, ao mesmo tempo, procurava explicar o fenômeno do caudilhismo e fazer uma crítica demolidora ao governo de Rosas. Para Sarmiento, o mal da Argentina era o caudilhismo rural, lugar da ignorância, do atraso, das trevas, da violência, da anarquia. Ao caudilhismo, portanto lugar da barbárie, se contrapunha o unitarismo, nascido nas cidades, onde havia progresso, luzes, saber, ilustração, numa palavra, civilização. Essas duas Argentinhas se debatiam e a salvação para ela estava na vitória das luzes liberais. O projeto sarmientista deixava bem evidente os conceitos liberais que embasavam suas propostas.⁴¹

Leon Pomer, em nota introdutória ao volume Sarmiento da coleção “Grandes Cientistas Sociais” expõe o que seriam os fundamentos teóricos para aquele grupo. Ao referir-se aos que compartilhavam os ideais da geração de 37, afirma que

Todos acreditaram nos poderes supremos da razão: mais que sangue, corria-lhes pelas veias o Iluminismo francês. O racional legitimava os sonhos, as esperanças; a razão devia reger as sociedades humanas e portanto eles, os portadores da razão nesse rincão remoto que era o Prata naquele tempo, acreditavam-se chamados para ajustar a sociedade a razão. (...)

A geração de 37 viveu convicta de que a natureza humana e a própria sociedade são infinitamente perfectíveis. A lei da humanidade é o progresso constante,

⁴⁰ A autora refere-se a Juan Manuel de Rosas, governador da província de Buenos Aires, que assumiu o poder em 1829 e foi deposto apenas em 1853.

⁴¹ Maria Lígia Coelho Prado. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: editora Atual, 1986. p. 39-40.

afirmaram. O futuro do homem deve ser contemplado com otimismo: aperfeiçoando a sociedade o ser humano será melhor⁴².

O engajamento político por parte de Sarmiento pode ser explicado, em parte, pela necessidade de intervenção na realidade social de seu país e esse empenho reflete-se, como podemos perceber, em sua elaboração literária. A discussão em torno da consolidação do Estado Nacional bem como os debates em torno das múltiplas identidades que buscavam se firmar como referências constitutivas desse Estado são os elementos presentes em sua narrativa, permeada de reflexões de cunho sociológico.

No Brasil o indigenismo, enquanto expressão cultural de uma parte da elite intelectual brasileira adquiriu grande repercussão e, nesse sentido, Antônio Cândido afirma que coube a José de Alencar a criação de uma narrativa histórica em terras brasileiras, que remonta a épocas heroicas, o mito de Peri. Cândido diz ainda que assim como Walter Scott fascinou a imaginação da Europa com seus castelos e cavaleiros, Alencar fixou um dos mais caros modelos da sensibilidade brasileira: o do índio ideal, elaborado por Gonçalves Dias, mas lançado por ele na própria vida cotidiana⁴³.

2.3 Intelectuais brasileiros e a questão indígena no século XIX

Durante o século XIX o Brasil passou por distintas formas de organização político-administrativa⁴⁴ e essas mudanças refletiram significativamente no modo como os indígenas foram tratados pelo poder central e com ele estabeleceram suas relações. Havia, por parte da classe dirigente brasileira, o interesse em relacionar-se com os

⁴² Leon Pomer. *Sarmiento*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: editora Ática, 1983. p. 15.

⁴³ Antônio Cândido. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: editora FAPESP, 2009. p. 338.

⁴⁴ De modo resumido, podemos pontuar que inaugurou-se o século XIX com o Brasil submetido ao poder colonial de Portugal. Em 1822 o país adquire a autonomia política, tornando-se um Império. Em 1889 é proclamada a República.

indígenas e traçar estratégias de inserção dos mesmos ao projeto de nação. Vejamos a opinião de José Bonifácio de Andrada e Silva⁴⁵ a esse respeito

Nas atuais circunstâncias do Brasil e da política europeia, a civilização dos índios bravos é objeto de sumo interesse e importância para nós. Com as novas aldeias que se forem formando, a agricultura dos gêneros comestíveis e a criação de gados devem aumentar, e pelo menos equilibrar nas províncias a cultura do fabrico do açúcar.⁴⁶

Ao pensar na inserção dos indígenas, de modo que esse fossem integrados a um projeto maior, José Bonifácio elaborou uma sucessão de proposições – que foram publicadas no ano de 1823. Dando prosseguimento, sugere

Os meios porém de que se deve lançar mão para a pronta e sucessiva civilização dos índios, e que a experiência e razão me têm ensinado, eu os vou propor aos representantes da nação; e são os seguintes:

1º) *Justiça*, não esbulhando mais índios, pela força, das terras que ainda lhe restam, e de que são legítimos senhores, pois Deus lhas deu; mas antes comprando-lhas como praticaram, e ainda praticam nos Estados Unidos.

2º) *Brandura, constância e sofrimento* da nossa parte, que nos cumpre como usurpadores, e cristãos.⁴⁷

Ao todo, foram sugeridos 44 itens, que versavam sobre as relações entre os indígenas e os brancos, as trocas comerciais que deveriam ser estabelecidas com os bárbaros (mesmo que acarretassem desvantagens para os brancos), a obediência as leis

⁴⁵ José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), intelectual e político brasileiro.

⁴⁶ José Bonifácio de Andrada e Silva. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Brasil. *In: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. p. 52.

⁴⁷ José Bonifácio de Andrada e Silva, 2000. *op. cit.* p. 53.

da Igreja, regulamentação para o casamento entre índios e não-índios, tópicos sobre educação, entre outros. É importante salientar que essas sugestões foram enviadas na forma de projeto de lei aos representantes da “Assembleia Geral Constituinte e Legislativa”, no ano de 1823, sendo José Bonifácio deputado da referida Assembleia.

Para Manuela Carneiro da Cunha, a contribuição de José Bonifácio para a elaboração da política indigenista do Império brasileiro concentrou-se no esforço de integração do índio à sociedade. Civilizar os índios significava, naquele período, integrá-los ao país que se ensejava edificar e, para a autora

Com José Bonifácio, a questão indígena torna a ser pensada dentro de um projeto político mais amplo. Trata-se de chamar os índios à sociedade civil, amalgamá-los assim a população livre e incorporá-los a um povo que se deseja criar. É no fundo um projeto pombalino, mas acrescido de princípios éticos: para chamar os índios ao convívio do resto da nação, há que tratá-los com justiça e reconhecer as violências cometidas.⁴⁸

Em artigo dedicado a estudar a política indigenista praticada pelo Estado brasileiro no século XIX, a autora estabelece uma distinção entre as ações desenvolvidas durante o período colonial e as medidas adotadas pelo império. Para ela, o século XIX teve como característica a afirmação de que a questão indígena estava intimamente atrelada posse da terra, deixando de ser considerada uma mera questão de mão-de-obra.⁴⁹ As propostas de José Bonifácio apontam para essa direção na medida em que o mesmo buscar intervir na questão da propriedade da terra indígena, sugerindo a livre comercialização da mesma. Um debate que subjaz a questão da terra é o que se refere concepção da figura do indígena. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha

⁴⁸ Manuela Carneiro da Cunha. Política indigenista no século XIX. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 137.

⁴⁹ Manuela Carneiro da Cunha, 2009. *op. cit.*, p. 133.

Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios “bravos” (...) ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política. (...) Ou seja, nos termos da época, esse deve usar a brandura ou a violência. Este debate, cujas consequências práticas não deixam dúvidas, trava-se frequentemente de forma teórica, em termos de humanidade ou animalidade dos índios.⁵⁰

A discussão referente à humanidade ou animalidade dos indígenas instigou grandes debates, de modo que teorias e conceitos foram desenvolvidos a fim de dar conta da complexidade do assunto. Nesse sentido, é interessante verificar o teor das discussões que eram realizadas à época. Destacam-se os estudos realizados por Buffon e Cornelius de Pauw, que desenvolveram teorias referentes à natureza da América e a incapacidade da fauna e flora se desenvolverem em plenitude sendo, pois, degenerados e inacabados. Nesse contexto inserem-se os seres humanos que habitavam o continente, ou seja, os índios foram classificados tendo como base a teoria da degeneração das espécies.

Essa teoria (da degeneração), desenvolvida por europeus, foi absorvida pelos intelectuais que pensavam a realidade brasileira. O IHGB⁵¹, centro em que se concentravam as discussões sobre a identidade brasileira repercutiu essas ideias, conforme pode ser verificado nos diversos ensaios publicados em suas revistas. O historiador Adolfo de Varnhagen, considerado o fundador da historiografia brasileira, evidencia a influência da teoria da degeneração ao citar trechos de um discurso atribuído a um senador, no qual o mesmo afirma que “(...) entre as raças humanas, o índio parece ter uma organização incompatível com a civilização”⁵². Isso porque os indígenas não reuniam as condições necessárias para o desenvolvimento das

⁵⁰ Manuela Carneiro da Cunha, 2009. *op. cit.*, p. 134.

⁵¹ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (“*Auspice Petro Secundo. Pacifica Scientiae Occupatio*”) foi fundado em 1838 com a finalidade favorecer a pesquisa literária e estimular a vida intelectual brasileira. Tornou-se um polo de discussões sobre identidade, história e cultura. Seus membros, entre eles o imperador dom Pedro II, preocupavam-se em fundar a história do Brasil. Lilia Moritz Schwarcz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras: São Paulo, 2010.

⁵² Conforme citado por Manuela Carneiro da Cunha, 2009. *op. cit.*, p. 135.

potencialidades inerentes ao ser humano, sendo mais próximos à natureza que a sociedade organizada.

As preocupações do IHGB com a integração dos indígenas recebeu posição de destaque nas discussões, o pode ser percebido quando analisamos a quantidade de documentos referentes à questão indígena que foram publicados em seus Anais. A “Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro” sorteou, em 24 de agosto de 1839, o seguinte tema para dissertação “Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos jesuítas, fundado principalmente na propagação do cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais”.

Publicada em 1840, a dissertação vencedora foi o texto desenvolvido pelo cônego J. da C. Barbosa. Nela, o religioso afirma: “sou de opinião que a catequese é o meio mais eficaz, e talvez único, de trazer os Índios da barbaridade de suas brenhas aos commodos da sociabilidade”⁵³. A solução definitiva para o problema da civilização dos indígenas e inserção desses ao quadro social que então se consolidava deveria passar, de acordo com o cônego Barbosa, pela religião. Desse modo, a tarefa de civilização deveria ser guiada pelo princípio da brandura, como ponderou José Bonifácio, e não por intermédio de ações violentas.

Para além dos interesses acadêmicos, havia também por parte do Estado a necessidade de se legislar acerca da questão indígena e, nesse sentido, a ação considerada mais relevante foi a de da “Lei das Terras”, de 1850. A partir da mesma, concebeu-se a ideia de que as terras dos indígenas eram inalienáveis, ou seja, não passíveis de comercialização. Manuela Carneiro da Cunha, tratando da relevância desta lei para os indígenas, aponta

O título dos índios sobre suas terras é um título originário, que decorre do simples fato de serem índios: esse título do indigenato, o mais fundamental de todos, não exige legitimação. As terras dos índios, contrariamente a todas as

⁵³ Fonte “*Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. 3ª edição. p. 3-4. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>, consulta 21/03/ 2011.

outras, não necessitaram portanto, ao ser promulgada a Lei das Terras, de nenhuma legitimação.⁵⁴

A questão indígena foi tratada no Brasil como importante elemento para a revelação da identidade nacional, cabendo aos acadêmicos à elaboração de estudos acerca dos primeiros habitantes do Brasil. A ideia de civilização deu a tônica deste debate quando se discutia as estratégias de inserção dos povos autóctones a sociedade brasileira e o Estado, através da legislação, deixava clara a ideia do direito dos povos originários à posse da terra. Contudo, o acolhimento, por parte do Estado, desse direito veio acompanhado de uma série de instruções, através de uma legislação que, ao ser aplicada, pairava entre a confusão e a falta de clareza quanto a execução das leis.

Ao refletir sobre o tema através da análise de documentos e do Decreto Imperial de 1845⁵⁵, Patrícia Melo Sampaio afirma que o Império tinha dificuldades e aparentemente, bem pouca clareza quanto à existência de uma solução definitiva⁵⁶, e a solução encontrada foi o prosseguimento das obras religiosas, com foco na catequização.

⁵⁴ Manuela Carneiro da Cunha citando Mendes Jr. *op. cit.*, p. 141-142.

⁵⁵ O conteúdo deste decreto era o “*Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios*” que, aprovado em 24 de julho de 1845, tornou-se o documento indigenista geral do Império e vigorou até 1889. Nele, assegurava-se a criação de aldeamentos indígenas, sob tutela do Estado; havia a indicação de um missionário (religioso) que seria responsável por prover a catequização e a educação dos indígenas aldeados. Conforme Patrícia Melo Sampaio em “Política Indigenista no Brasil Imperial”, in *O Brasil Imperial – Volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 177-178.

⁵⁶ Conforme Patrícia Melo Sampaio, 2009.p. 179.

Capítulo III – Sarmiento e os indígenas argentinos

Para a compreensão do papel dos indígenas na composição social da Argentina, é interessante verificar como Sarmiento abordou a questão no decorrer de sua obra. Uma sistematização do panorama racial é apresentada em “*Conflicto y armonías de las razas en América*”, obra publicada em 1888, e através dela podemos verificar qual era a posição do autor sobre o tema da miscigenação e como ele fundamentou suas posições. Na obra ele considera as contribuições dadas pelos diferentes grupos indígenas que habitavam o território para a composição social do país, preocupando-se em produzir interpretações sobre as características físicas e morais de cada um, a fim de evidenciar o quanto o temperamento de cada etnia foi fundamental para determinar o grau de assimilação cultural.

Nesta obra, o autor propõe a reflexão sobre a questão racial articulando este tema com a formação da Argentina. No prólogo, Sarmiento lança o questionamento sobre a identidade do americano em geral e do argentino, em particular. Busca problematizar as afirmativas de que a homogeneidade racial e cultural são fatores que agregam a população, produzindo a coesão da nação argentina. E compartilha com o leitor a seguinte reflexão

Es acaso esta la vez primera que vamos a preguntarnos quiénes éramos cuando nos llamaron americanos, y quiénes somos cuando argentinos nos llamamos.

Somos europeos?-Tantas caras cobrizas nos desmienten!

Somos indígenas?- Sonrisas de desdén de nuestras blondas damas nos dan acaso la única respuesta.

Mixtos?- Nadie quiere serlo, y hay millares que ni americanos ni argentinos querrían ser llamados.

Somos Nación? Nación sin amalgama de materiales acumulados, sin ajuste ni cimientto?

*Argentinos? Hasta donde y cuándo, bueno es darse cuenta de ello.*⁵⁷

Ao interpretarmos o que Sarmiento diz temos a constatação que, para ele, havia uma dificuldade em se definir verdadeiramente quem era o argentino e esse fato é decorrente das inúmeras identidades que compunham a sociedade. Ele destaca que o argentino não poderia se definir enquanto europeu, pois a pele de cor acobreada nega essa afirmação; também indígena não é, pois as damas com seus vestidos rendados negavam com desdém a identidade indígena. Mestiços ninguém quer ser, pois muitos indivíduos chegavam a negar inclusive que fossem americanos ou argentinos. Ao questionar o fato de ser nação, ele argumenta que como pode uma nação ser constituída sem amalgama de materiais, sem ajuste ou fundação que lhe sustente e lhe de as bases. Para ele, seus compatriotas deveriam se questionar, procurando estabelecer os limites dessa identidade pois, ao afirmar-se como argentino, haveria que se dar conta até que ponto estaria o indivíduo disposto a assumir uma identidade tão inconstante.

O questionamento repousa na preocupação evidenciada pelo autor de estudar a sociedade argentina - a luz de ideias iluministas - buscando mecanismos para entendê-la e aperfeiçoá-la. O papel dos povos originários e a miscigenação entre eles e o colonizador espanhol - que é uma característica marcante na composição dos povos da América Latina - foi considerada por ele como efeito produzido pelas iniciativas geradas no decurso do processo de colonização. Mas nem por isso, a miscigenação é considerada de modo benéfico para os países que se constituíram a partir desses processos (mestiço, *nadie quiere serlo*⁵⁸). Em “*Conflicto y armonías de las razas en América*”, ao escrever sobre a etnologia da América, o autor dedica um importante

⁵⁷ Domingo Faustino Sarmiento. *Conflicto y armonías de las razas en América*.

⁵⁸ Tradução livre: mestiço, ninguém quer ser.

espaço para as reflexões sobre a miscigenação das diferentes raças⁵⁹ e as consequências deste amálgama na composição da população. Inicialmente recolhemos do texto em questão o fruto da sistematização do autor sobre o panorama racial, e tratamos de interpretar essas informações, de modo a agregar tais elementos a nossa compreensão.

3.1 Os quíchuas: *por tres siglos han obedecido*⁶⁰

Os indígenas da etnia quíchua são descritos por Sarmiento como um povo servil e, para ele, esse era o motivo de estes indígenas não haverem se colocado como obstáculo para a empresa colonizadora dos espanhóis.

No território argentino, o primeiro ponto de fixação dos conquistadores espanhóis foi no ano de 1540, região entre Jujuy e Rio da Prata, onde hoje se localiza a província de Santiago del Estero e em seguida, os conquistadores fixaram-se nas regiões de Tucumán, Córdoba e Salta e os indígenas que habitavam estas regiões haviam sido submetidos ao império Inca⁶¹. Tal sujeição foi, de acordo com a opinião de Sarmiento, um facilitador para o empreendimento colonizador e nesse sentido ele afirma que *“fue fácil, por lo tanto inducirlos a someterse”* mencionando que o processo de sujeição destes indígenas à coroa espanhola teria sido facilitado pela dominação praticada anteriormente pelos incas.

Para ele, não foi necessário aos espanhóis fazer guerra contra os indígenas para avançar na conquista de Lima até Córdoba pois onde se localizava anteriormente o domínio imperial inca, a empresa colonizadora efetivou-se sem maiores dificuldades. De acordo com o texto, *“los indios necesitaban someterse para vivir y se sometieron sin dificultad”*, o que justificaria a conservação das relações de submissão. O texto aponta que os quíchuas conservariam a relação de submissão e obediência a um senhor – sendo que este poderia ser Inca ou o Vice-rei – e havia, portanto, apenas uma

⁵⁹ Utilizamos o termo raça, preservando a nomenclatura adotada pelo autor, que escreveu no século XIX, momento em que genericamente se designavam os grupos étnicos ou nações indígenas com este termo.

⁶⁰ Quíchuas, por três séculos obedeceram (tradução livre).

⁶¹ O império Inca integrou povos de diferentes culturas, localizados nas mais variadas regiões geográficas. Quatro grupos sobressaem: os Chumús, no litoral norte do Peru; os Urus, que viviam nas proximidades do lago Titicaca (na Bolívia); os Aimarás, na região sul e leste do mesmo lago; e os Quechuas, que formavam o maior contingente do Império. Enrique Peregalli. *A América que os europeus encontraram*. São Paulo: editora Atual, 1987. p. 44-45.

transferência de poder, não uma transformação nas relações de submissão. Para Sarmiento por *“tres siglos han obedecido al primero que se propuso mandarlos”*, e dessa forma Sarmiento atribui aos quíchuas um temperamento servil acima de tudo.

Há registros de que em Tucumán, por volta de 1558, cerca de oitenta mil indígenas pagavam impostos ao rei da Espanha. Esses números foram extraídos por Sarmiento de textos dos cronistas e de documentos oficiais da administração colonial espanhola e comprovam o grau de incorporação dos quéchuas à sociedade que então se iniciava, visto que os espanhóis chegaram ao Peru em 1531, e em aproximadamente vinte e sete anos houve a inserção de uma parcela significativa destes ao sistema colonial, através do pagamento de impostos ao rei.

Para fundamentar suas impressões sobre os quíchuas, Sarmiento recolhe da crônica de Juan de Ulloa as informações com as quais ele trabalha em seu texto, e esses registros mereceram, na visão do autor, um exame detalhado, o que pode ser comprovado no decorrer da obra.

A crônica de Ulloa citada por Sarmiento e utilizada para fundamentar o texto, nos informa que havia uma composição racial distinta, de acordo com a região verificada. Sendo assim, os povos do Peru seriam, em grande parte, mestiços, sendo estes fruto do amálgama entre os brancos e os indígenas, e foi a partir da matriz índio-branco que surgiram as outras formas de mestiçagem. De acordo com a crônica, na parte baixa do império - costa do oceano Pacífico - prevalecia o grupo dos zambos, oriundos da mestiçagem entre os indígenas e os negros. Já no alto Peru - território da atual Bolívia - são poucos os representantes dos zambos, posto que não houvesse uma inserção significativa da população negra nesta região.

Se levadas em consideração as características sociais, foi verificada por Ulloa uma condição distinta, e o que determinava a desigualdade era a filiação. Essa distinção deveu-se, sobretudo, à característica patriarcal da sociedade colonial hispânica. O autor aponta que os mestiços eram fruto de relacionamentos fora do matrimônio, sendo filhos de homens brancos com mulheres indígenas, sendo raros os casos em que as mulheres brancas relacionavam-se com os indígenas. Este fato pode ser explicado pela condição social herdada do pai, pois

Los hijos de blancos con índias estan fuera de la obligación de pagar tributo, no sucediendo lo mismo con los hijos de índios y blancas, quienes siguen la condición de los padres. Esta excepción favorece las generaciones mixtas, dimanando de ello una de las causas de aumentarse las razas de mixtos y disminuirse la de índios puros’’⁶²

Estes elementos indicam que a preservação da condição social do pai levou ao favorecimento de gerações mestiças, fenômeno que pode ser verificado em outras regiões do domínio colonial espanhol.

Las de mestizos provienen en general de la procreación de blancos y índias fuera del matrimonio, siendo raros los que se ven de índios con gente blanca. Los hijos de blancos con índias estan fuera de la obligacion de pagar tributo, no sucediendo lo mismo con hijos de índios y blancas, quienes siguen la condicion de los padres.⁶³

O que podemos aferir é que, na sociedade colonial, a condição de inferioridade social perpetuava-se, de modo a preservar a condição do pai. Dessa forma, o texto nos informa que se o mestiço fosse filho de pai branco, este não pagaria tributos, pois o pai, enquanto branco, não os pagava. Caso o pai fosse índio e a mãe é que fosse branca, a situação seria diferente e este mestiço pagaria os impostos à coroa, pois o pai tinha, originalmente, uma condição social desigual. Logo, considera que a sociedade colonial que se desenvolvia na América era estratificada, sendo que o corte social era fundamentado de acordo com a cor da pele e a origem familiar. O autor pondera que esta exceção favoreceu gerações mestiças, porque oferecia direitos sociais aos mestiços

⁶² Domingo Faustino Sarmiento. *Conflicto y armonías de las razas en América*, 1887. *op. cit.* p. 86.

⁶³ Domingo Faustino Sarmiento, 1887. *op. cit.*, p. 86

filhos de pais brancos, em contrapartida esta mestiçagem desencadeou na diminuição dos índios puros, não miscigenados.

A diminuição das populações indígenas, de acordo com Ulloa, pode ser explicada pela contaminação por doenças como a varíola, e por conta do abuso de bebidas fortes⁶⁴. Mais adiante, o autor diz que havia provas materiais da diminuição das populações indígenas, pois em Puna, Panamá, Guayaquil e terras baixas do Peru podiam ser vistas grandes extensões de terra com apenas vestígios de habitações que então se encontravam abandonadas, indicando que, em algum momento, estas se encontraram povoadas.

Ao tratar da estrutura física dos quíchuas, a crônica de Ulloa informa que

*Tienen los indios el pellejo grueso, la carnadura recia y menos sensible que los de las otras partes del mundo. Reconocidos los crâneos que se sacan de las sepulturas antiguas, se ve tener más groso que lo regular, siendo 6 a 7 líneas. De eso se inferiere ser en ellos la organizacion más tosca y de mayor resistencia, por lo qual es menos sensible (...)*⁶⁵

Ao apontar a estrutura física, os indígenas foram classificados como muito semelhantes entre si, pouco importando a etnia e nas palavras de Ulloa, “*visto un indio de cualquier región, puede decirse que se han visto todos en cuanto a contextura, variando de corpulencia según sus parajes*” dessa forma, o que diferenciava um índio de outro, na opinião do autor, era a localização geográfica na qual estava assentado e considerava que, dentre os nativos, podia se verificar pouca variedade e diversidade fisionômica. Sarmiento apoiava-se nas ideias e teorias que circulavam naquela época, acerca da relação existente entre as características físicas e intelectuais⁶⁶, teorias estas

⁶⁴ Por bebidas fortes compreendemos que o autor esteja se referindo a bebidas alcoólicas.

⁶⁵ Domingo Faustino Sarmiento, 1887. *op. cit.*, p. 87.

⁶⁶ Nesse sentido, é interessante observar a menção que Sarmiento faz sobre o uso de métodos de observação e experimentação nas ciências biológicas, salientando os avanços que o método científico proporcionou ao estudo da fisiologia. Consultar “*Conferencia leída en el Teatro Nacional, después de la muerte de Darwin*”, p. 18. Disponível em www.proyectosarmiento.com.ar.

que ao fazer esta relação, classificavam os povos de acordo com seus caracteres fenotípicos, e o texto faz citações de tais teorias⁶⁷.

Na sociedade colonial espanhola, o tratamento dado aos indígenas os colocava em uma posição de inferioridade. Sarmiento alerta que através da leitura de alguns documentos administrativos, é possível tomar ciência dessa condição inferior à qual estavam submetidos os indígenas. Os documentos por ele analisados são as “*ordenanzas de los Gobernadores*” e as “*peticiones del Cabildo de Córdoba*”, de onde foram extraídas as “*Actas del Ayuntamiento*” que, de acordo com o texto, deveriam ser respeitadas pela população branca e pelos indígenas, regulamentando assim a ordem social na colônia.

Esses registros apontam, entre outras coisas, que as autoridades locais estavam verificando, à época, uma sumária diminuição da população indígena, sendo essa ocasionada pelo deslocamento massivo desses indivíduos para outras regiões da colônia. Com este propósito, o texto afirma que

*(...) por cuanto por experiencia me consta y es notorio el daño remarcable que ha venido a esta Gobernación y disminución de ella, e haberse sacado indios e indias de su natural para llevarlos a las provincias del Perú, Paraguay, Chile y otras partes en lo cual ha habido tanto desorden, que de alguns años a esta parte se han sacado más de cuatro mil indios*⁶⁸.

Esta queixa advém de Juan Ramirez de Velasco à época, governador da Província de Tucumán. Sua queixa baseia-se na expressiva diminuição da população indígena que, sendo estes levados a outras províncias - Peru, Chile, Paraguai -, o

⁶⁷ O autor cita Paul Broca (1824-1880), que desenvolveu pesquisas procurando relacionar a anatomia do cérebro e crânio às habilidades mentais de inteligência. No texto de Sarmiento há uma nota de rodapé referindo-se à Broca, na qual é relatada uma experiência desenvolvida pelo francês, pautada na comparação entre crânios do século XII e XIX, com a intenção de aferir a evolução cognitiva do segundo em relação ao primeiro.

⁶⁸ Domingo Faustino Sarmiento, 1887. *op. cit.*, p. 89.

processo de transferência causou profunda desordem na Argentina. Diante desta situação, o governador achou por bem publicar um documento oficial, que pudesse organizar a transferência, para que *de aqui adelante haya orden en sacarlos y llevarlos*.

O documento em questão, denominado “*Ordenanza que mando se cumpla y se guarde por el Alcade de ella*” destaca, primeiramente, que nenhuma pessoa deveria levar índios da *gobernación de Tucumán* sem a *expresa licencia de las autoridades*. Caso tal ato ocorresse, em discordância das ordens do governador, o infrator deveria pagar uma multa de *cien pesos de oro* aplicados por *tercias partes a la câmara*. Além da multa, havia ainda a possibilidade de o infrator ser enviado ao presídio de Salta.

A *Ordenanza* informa quais são as regras que devem ser obedecidas quando, na forma da lei, ocorre o deslocamento das populações indígenas. Há, por exemplo, a exigência de ser registrar essas transferências em um livro que “*para ello hábeis de tener encuadrado y con mucha custodia*”. As demais orientações da *Ordenanza* referem-se ao transporte, sendo que são especificados itens relacionados à alimentação e ao descanso a que os indígenas teriam direito durante a viagem. O documento especifica ainda a necessidade de o responsável pelo índio remunerá-lo com a quantia de cinco pesos para cada cinquenta léguas percorridas, sendo que entre Santiago del Estero e Lima (Peru) fossem pagos vinte pesos. A *Ordenanza* utiliza os mesmos critérios legais que foram elaborados para organizar o trabalho dos índios para regular o envio de cavalos para o Peru, uma vez que a transferência indiscriminada que por “*la mucha desorden que a habido en llevarlos al Peru, ha habido tanta falta en estas Provincias, que si para una necesidad que se ofresca se buscasen no se hallarían*”, referindo-se a dificuldade de encontrar indígenas para o trabalho.

Outro documento citado por Sarmiento é uma petição do *Cabildo* de Córdoba, na qual é solicitada uma autorização para que

(...) *los encomenderos los puedan recoger e reducir e hacer un pueblo de ellos en la parte más cómoda que les pariere, para que sean doctrinados e industriados en las cosas de nuestra Santa Fe Católica*⁶⁹.

Essa petição é justificada pela dificuldade encontrada pelos *encomenderos* de organizar estes índios, que viviam esparsos pelo território. O *cabildo* afirma que os indígenas encontravam-se muito afastados uns dos outros, não cultivavam a vida em comunidade, nem se preocupavam em trabalhar na terra e dela retirar seu sustento, ele afirma que estes índios alimentavam-se de “*raíces a cuya causa mueren muchos de ellos, logo, podia todo esto cesar con reducirlos*”. E desse modo, acreditava o *cabildo* que a organização dos quíchuas em reduções poderia trazer elementos mais eficazes para o trabalho colonizador e de doutrinação nas coisas da fé Católica, elementos que poderiam integrá-los de modo mais eficaz ao sistema colonial espanhol.

Finalmente, é apresentado um documento no qual são dadas orientações sobre as normas da guerra de conquista de *los naturales* - que, na prática, seria o aprisionamento dos indígenas para o trabalho compulsório. Este documento administrativo, datado de 1788, foi abordado por Sarmiento porque descreve os métodos que deveriam ser utilizados para esta guerra “contra os naturais”, e ainda trazia informações sobre a posse dos indígenas aprisionados, caso seu *encomendero* morresse. A ordem era de que os vizinhos se “*sirvan de los índios que por repartimiento les cupieren de los que trajeren de la guerra como yanaconas*”⁷⁰. Isso na prática significava que aos vizinhos caberia a posse dos indígenas, em caso de morte do *encomendero* no caso de ele não deixar herdeiros.

Inicialmente a citação desses inúmeros documentos no texto gerou certa inquietação de nossa parte, pois não compreendíamos a intencionalidade do autor em abordá-los. Contudo, acreditamos que através desses excertos, Sarmiento visa ressaltar

⁶⁹ Domingo Faustino Sarmiento, 1887. *op. cit.*, p. 88.

⁷⁰ Coll nos informa que “os yanaconas eram, entre os índios, certa linhagem de gente sujeita a eterna servidão, como são agora os escravos. E para serem reconhecidos entre os demais, portavam um tipo de vestimenta muito diferente dos outros”. Josefina Oliva de Coll. *A resistência indígena: do México à Patagônia, a história da luta dos índios contra os conquistadores*. São Paulo: L&PM editores, 1986. p. 226.

as condições com as quais eram tratados os indígenas da etnia quíchua no território argentino no período colonial, traçando uma diferenciação entre a administração espanhola e a Argentina independente. A proibição do deslocamento dos índios para o Peru sem a expressa licença das autoridades e a necessidade (expressa pelo *cabildo* de Córdoba) de se constituir reduções para agrupar a população indígena são elementos que trazem à tona a questão da falta de autonomia dos indígenas frente ao colonizador espanhol. O último documento trazido pelo texto explicita essa condição de desigualdade e inferioridade social, pois os indígenas eram concebidos enquanto objetos passíveis de serem transmitidos como herança ou repartidos entre vizinhos. Sobre este último documento, Sarmiento diz que

*Lo que se decora aquí con el nombre de guerra, es simplemente la caza de naturales como se hacia con caballos y de ganado cimarrón o alzado, para proveer a cada vecino, por su cuenta de servientes, peones. Los esclavos em África se hacen del mismo modo, saliendo a caza de negros para venderlo*⁷¹.

Sarmiento, neste último trecho, é claro em afirmar que não havia distinção ao tratamento dado aos índios e aos cavalos quando se tratava da aquisição dos mesmos, e faz ainda uma analogia entre esta prática na América e o que se fazia no continente africano, quando havia a caça de negros que seriam sujeitados à condição de escravos. A captura dos indígenas era um empreendimento dos habitantes da cidade de Córdoba, e nesta captura, “*lo cual hacian a su custa y en ellos tenían muchos gastos de armas y de caballos y de las piezas que tomaban en la guerra*”.

É ancorado nestes registros que Sarmiento pensa sobre a realidade a qual os quíchuas estavam submetidos durante o período colonial argentino e sua incorporação à nação argentina deu-se deste modo inferiorizado, como peças de trabalho tal como os cavalos. Pois, para Sarmiento, historicamente os quíchuas estiveram em um papel inferior, obedecendo a autoridades, reagindo de modo servil às determinações alheias.

⁷¹ Domingo Faustino Sarmiento, 1887. *op. cit.*, p. 94.

3.2 Guaranis: sujeitos pelas armas espirituais de persuasão

Ao tratar dos indígenas da etnia guarani, Sarmiento relata de modo nostálgico que “*cuanto a los antiguos índios misioneros se les encuentra representados por sus hijos en Corrientes, Entre Ríos, Uruguay y Brasil*” sendo que estes encontrariam-se atualmente plenamente incorporados as sociedades destas regiões e países. O autor evidencia sua posição sobre os guaranis salientando que estes apresentam um temperamento mais dócil se comparados aos quéchuas por exemplo e, em suas palavras, diz que “*la raza guarani, sin ser feroz, no tenia la absoluta mansedumbre y anonadamiento de voluntad*”⁷² de los quíchuas”.

Para Sarmiento, a história dos guaranis está intrinsecamente ligada ao trabalho missionário desenvolvido pelos jesuítas e essa relação foi determinante para cunhar as características que Sarmiento atribuiu a esta etnia. Ele afirma que a justificativa para dito comportamento passivo por parte dos guaranis é o fato de estes índios terem sido “*quebrantados por siglos de reducción pacífica*”. Declara ainda que os guaranis eram *encomenderos*⁷³ por natureza, e tinham como atividade a pesca, a caça e a extração de frutos naturais. Sobre as reduções, o autor aponta que este foi um fator determinante para o processo de aculturação dos índios guaranis e estudos apontam que, no ano de 1557, cerca de quarenta mil guaranis encontravam-se reduzidos na *Província de la Guayra*, nas proximidades do rio Paraná.

Para exemplificar, ele utiliza um fragmento do texto de Blackenridge, em que consta a informação de que os guaranis resistiram à dominação, mas ainda assim foram

⁷² Ao tratar da *mansedumbre y anonadamiento de voluntad* equivale a dizer que havia, por parte dos guaranis, uma reduzida força de vontade e uma personalidade apagada e que, juntamente com a mansidão e docilidade de caráter, comporiam as características de comportamento desta etnia para Sarmiento.

⁷³ Com essa afirmação, compreendemos que Sarmiento quis dizer que os guaranis eram propícios a submeter-se a estrutura da *encomienda*, que era a entrega de um lote de indígenas sob a guarda de um fazendeiro, que era encarregado de protegê-los e pagar seus impostos à Coroa, e usava estes indígenas como mão-de-obra. A esse respeito Furtado diz que “*el encomendero, en razón de la tutela que ejercía sobre un grupo de población, pasaba a desempeñar privadamente funciones de derecho público (...)*” e “*La institución de la encomienda constituye el pilar fundamental de la sociedad en formación, compuesta por la minoría de españoles y por la masa de los indígenas que sobrevivieron a la hecatombe demográfica (...)*” In: Celso Furtado. *La economía latino-americana desde la conquista ibérica hasta la revolución cubana*. México d.f.: Siglo XXI editores, 1969. p. 25 e 27.

“definitivamente incorporados y amalgamados con los conquistadores”. Porém esta incorporação, de acordo com o próprio texto, não ocorreu de modo igualitário, pois a mestiçagem foi apontada como um fator de acirramento da desigualdade social. A mestiçagem, segundo Blackenridge, fez com que os guaranis fossem amalgamados aos conquistadores e, para ele *“aunque formando una clase inferior y la parte más baja de la composición, pues ya había con la mezcla de los españoles mejorando de condición”*⁷⁴.

A ideia central apresentada nesse trecho da obra é que, apesar de encontrarem-se nos estratos mais baixos da sociedade colonial, os guaranis puderam perceber uma sensível melhora de vida quando se miscigenavam aos colonizadores espanhóis, condição análoga ao que pode ser observada em relação aos quíchuas (conforme o que já pudemos expor nas páginas anteriores).

Para tratar com mais profundidade histórica o tema da conquista dos guaranis, Sarmiento incorpora à sua análise a contribuição dada pelos jesuítas para a efetivação do controle sobre esses índios. Ele diz que nos tempos da conquista entrou em cena *“el más extraño elemento que haya figurado en la historia de las conquistas”* e, este estranho elemento foi a Companhia de Jesus, Ordem Religiosa que foi admitida na América através de uma autorização do Conselho das Índias⁷⁵, descrita no texto como

*Uma asociación religiosa, animada de un espíritu asombroso de acción, bajo una disciplina severa y con solo as armas de la persuación y superioridad intelectual de la raza blanca.*⁷⁶

⁷⁴ Tradução livre: “ainda que formando uma classe inferior e a parte mais baixa da composição, já haviam [os índios], com a mescla com os espanhóis melhorado sua condição”. Esse trecho encontra-se na página 95 da já referida obra.

⁷⁵ Ao discutir a exclusividade dos jesuítas na América, Mary del Priori afirma que “até 1580, os jesuítas tiveram uma exclusividade na ação religiosa do Brasil como os missionários ‘oficiais’ da coroa”. Mary del Priori. *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo: editora Ática, 1994. p. 12.

⁷⁶ Domingo Faustino Sarmiento, 1887. *op. cit.* p. 99.

Ele ressalta que a atuação dos padres jesuítas se deu de modo diferenciado, porque os mesmos empreenderam um convincente trabalho de cristianização e desse modo organizaram os indígenas sem o uso de armas de fogo. O único elemento com o qual contavam, de acordo com o texto, era a persuasão e a disciplina, além da “superioridade intelectual da raça branca”. Mais adiante no texto ele salienta que os jesuítas, por sua capacidade de ação, foram capazes de organizar os indígenas que, segundo ele eram sociedades “*con base salvaje que foran organizadas sobre un principio religioso, con un gobierno teocrático de tutela espiritual absoluta*”. A religiosidade foi, de acordo com o autor, o elemento aglutinador dos índios neste tipo de sociedade que então se estruturava, e sendo tutelados pelos padres jesuítas, os guaranis vivenciaram a experiência da conversão e a progressiva absorção dos valores cristãos.

A Companhia de Jesus foi responsável por organizar e levar a cabo as missões evangelizadoras na América e o autor diz que houve, por parte da Coroa Espanhola, um sentimento de rivalidade, sendo despertado *por los celos del gobierno civil de España*. A inveja e a disputa por parte dos espanhóis fez com que os padres jesuítas fossem expulsos das colônias através do decreto do rei Carlos III no ano de 1767, sendo enviados de volta à Europa. Contudo, antes da expulsão, os jesuítas construíram uma obra que durou cerca de duzentos anos, e neste espaço de tempo foi capaz de aglutinar cerca de sessenta mil índios em suas reduções.

Nas reduções, os guaranis eram mantidos sob a disciplina e o trabalho, sendo que a terra onde trabalhavam, era comunal. A esse respeito Sarmiento alega que *los jesuítas emprendieron mantener indivisa la propiedad y hacer comun el trabajo*, mas a não divisão da propriedade atendia aos interesses da Ordem e sobre isso, ele diz que *si en dos siglos hubiesen dado a los copartícipes índios, cada diez años, su parte de utilidades, habrían aumentado por millones su propia riqueza y la pública*. Ou seja, durante os dois séculos de atuação os jesuítas poderiam ter organizado outro tipo de sociedade, que viabilizasse o desenvolvimento material, contribuindo para a civilização na América.

Recaia sobre os guaranis a mais absoluta tutela por parte dos jesuítas. Essa situação fez com que Sarmiento a comparasse às relações de servidão e, a esse respeito, ele diz que *los índios eran trabajadores sin salario a quienes se alimentaba, vestía de*

almacenes comunes, bautizava, curava y enterraba, como lo hace todo amo con sus siervos. É nessa relação de aparente servidão que, de acordo com o autor, os guaranis estavam envolvidos. A situação dos indígenas tutelados pelos jesuítas em outras partes do mundo também é considerada pelo autor quando cita o caso da Califórnia, onde os indígenas foram submetidos ao regime de *haciendas* até a independência do país.

O autor apresenta uma citação de Muratori, na qual ele diz que

*(...) las mas tocantes exhortaciones no habrian bastado quizá para traer estos pueblos al conocimiento del verdadero Dios, si al principio no se hubiesen empleado medios puramente humanos. Se reconoció luego que el más eficaz, era darles víveres en abundancia, porque cuando se trató de formar las primeras poblaciones los indios decian a los Misioneros “Si quereis que permanezcamos con vosotros, dadnos bien de comer; somos como animales que comen a toda hora, y no como vosotros que coméis poco y a sus horas”.*⁷⁷

Mais adiante, o texto apresenta outros fragmentos de Muratori onde é abordada a questão da tutela dos guaranis por parte dos jesuítas - esclarecendo que além da alimentação, eram praticados cuidados médicos quando necessário. E considera que foi através dessas ações que os jesuítas inspiraram os indígenas para que eles desenvolvessem o amor pelo trabalho na terra. Diz ainda que foi através das ações piedosas que os jesuítas *se hacian dueños de los corazones para sujetarlos a Jesus Cristo*, não se fazendo necessário para isso o uso das armas. Contudo, houve resistência ao trabalho desempenhado pelos jesuítas, e Sarmiento diz que *ni todo es bienandanza en este mundo*.

Os conflitos desencadeados pelas ações dos bandeirantes paulistas são abordados por Sarmiento para compor o quadro histórico da conquista e colonização dos índios guaranis. Os paulistas são denominados por ele de “mamelucos” (considerando, a nosso ver, a mestiçagem entre o brando e o indígena). O texto diz que como *lo Guayra no estaba lejos de San Pablo, los mamelucos les cayeron encima en numero de 800*,

⁷⁷ Domingo Faustino Sarmiento, 1887. p. 100.

seguidos de 3.000 índios e dessa forma, os mamelucos paulistas, contando com a ajuda de uma numerosa quantidade de indígenas, atacaram as missões jesuítas, sendo que algumas que ousaram resistir foram exterminadas e as demais, escravizadas. O texto nos informa ainda que, em 1717 havia cerca de 32 reduções na província do Guayra, contando com aproximadamente 171.168 índios, todos estes batizados pela Companhia de Jesus e, refletindo sobre isso ele diz que

*no hay ahora ni una sola reducción, ni un solo habitante en ellas lo que con otros hechos históricos más terribles que la muerte de cien mil índios a menos de los mamelucos, y la esclavitud y transplantes.*⁷⁸

Sarmiento cita também o papel desastroso que teve a guerra da Tríplice Aliança para as populações indígenas. Diz que *murieron hace diez años a manos de otros mamelucos unos cien mil neófitos, en la terrible guerra que dio fin al reinado de Lopez.*

A completa destruição do trabalho dos missionários jesuítas e a aniquilação das reduções fez com que os guaranis fossem incorporados aos Estados nacionais e contribuíssem na formação do povo argentino. A esse respeito, o texto relata que *no nos dejaron reducciones, pero los índios que se dispersaron, son parte hoy de los ciudadanos argentinos.* Esse histórico – da organização em reduções – foi, na visão de Sarmiento, de fundamental importância para a compreensão do modo como os guaranis foram incorporados ao povo argentino.

3.3 Araucanos: mas indômitos, mas rehacios y menos aptos a la civilización

A presença dos araucanos na história da província de Buenos Aires confirma-se, de acordo com Sarmiento, através dos topônimos. Os nomes dados às localidades evidenciam a força da etnologia na construção da história da província, e o texto nos dá como exemplos os nomes de Chivilcoy, Tuyú e Chascomús. Esses vocábulos, que pertenciam originalmente ao vocabulário araucano, foram incorporadas à língua falada

⁷⁸ Domingo Faustino Sarmiento, 1887. *op. cit.* p. 101.

na Argentina, contribuindo para a formação do léxico do país. Os araucanos⁷⁹, chamados também de raça arauco-pampeana, eram, na opinião de Sarmiento, o terror das fronteiras. Eram os indígenas que habitavam na porção mais ao sul dos territórios da Argentina e do Chile.

O reconhecimento da contribuição dos araucanos aparece no texto, porém o autor faz as ressalvas que ele considera necessárias, por exemplo, ele diz que *no acudiremos a La Araucana de Ercilla para buscar cualidades morales que este gran progenitor nuestro ha debido transmitir con la sangre a nuestros paisanos*. Evidenciando que houve, por parte dos araucanos, a transmissão de um legado cultural para a constituição do povo argentino, mas a crítica que é feita ao processo de conquista evidencia o alto teor crítico que o autor utiliza ao se referir à cultura dos índios do sul.

Esse reconhecimento por parte de Sarmiento da cultura araucana e a contribuição desta para a constituição do povo argentino passa pela crítica a alguns elementos culturais. O autor cita os escritos do poeta Alonso de Ercilla e do abade Molina como referências que não devem ser consideradas como documentos confiáveis do processo histórico de conquista dos araucanos, refutando as ideias dos mesmos. Através de suas obras, esses dois autores trouxeram à tona uma posição bastante positiva sobre os araucanos, produzindo relatos que, na opinião de Sarmiento, não contribuem para a obtenção da real dimensão dos processos históricos que envolveram a conquista dos povos do sul.

O processo histórico de conquista dos araucanos ocorreu de modo conflituoso e marcado por avanços e retrocessos, sempre envolvendo certa belicosidade. O primeiro contato entre os conquistadores espanhóis e os araucanos envolveu forte conflito, e a esse respeito o texto diz que

⁷⁹ Os araucanos são os indígenas da etnia mapuche (que, em sua língua significa gente [*che*] da terra [*mapu*]). Citado por Josefina Oliva Cool. *op. cit.* Optamos por manter a nomenclatura “araucanos” em respeito as nossas fontes, posto que Sarmiento utiliza apenas esse termo.

*mucha sorpresa causó a los conquistadores encontrar determinada resistencia en los índios de Arauco, despues de haber tomado posesión, tras de algunas escaramuzas, de todo Chile, sin resistência.*⁸⁰

Ao tratar das condições com as quais efetivou-se a conquista dos povos do Arauco, o autor afirma categoricamente que *los araucanos eran mas indômitos, lo que quiere decir, animales mas rehacios, menos aptos a la civilización y asimilación europeas*. Desse modo, a tarefa da conquista não produziu o resultado almejado, e a assimilação dos costumes e da cultura branca por estes povos, que fora sempre um grande desafio para os espanhóis, não ocorreu, causando grande frustração para os espanhóis. Nesse sentido, Sarmiento afirma que esta dificuldade deveu-se sobretudo ao temperamento rude daqueles indígenas. A pungente resistência à dominação fez com que fossem criados vários mitos acerca dos araucanos, e é nesse contexto que o texto insere as obras de Alonso de Ercilla e do abade Molina, tecendo crítica às mesmas.

O poeta espanhol Alonso de Ercilla y Zúñega (1533-1594) nasceu em Madri, chegou ao continente americano no ano de 1556 e veio à América com a missão de acompanhar a expedição militar do vice-rei Hurtado de Mendoza ao território peruano. Em 1557, o filho do vice-rei foi nomeado governador da Capitania do Chile, e Alonso de Ercilla o acompanhou, compondo a expedição que tinha por meta derrotar os araucanos e avançar na conquista do território. Esta experiência marcou a vida de Ercilla, a ponto de ser qualificada por ele como *“los más floridos años de mi vida”*. Em *“La Araucana”* o poeta canta as belezas presenciadas por ele quando esteve no Chile e grande espaço é dedicado a descrever as façanhas dos araucanos quando em guerra contra os espanhóis.

No poema de Ercilla, personagens mapuches que atuaram na “Guerra do Arauco”⁸¹ são comparados a grandes personagens da história universal - Caupolican a

⁸⁰ Domingo Faustino Sarmiento, 1887. *op. cit.* p. 103.

⁸¹ Foi o nome que recebeu o prolongado conflito envolvendo os espanhóis, e posteriormente os chilenos e os índios Pehuenches, Mapuches, Huilliches, Picunches, tendo como foco o território. As campanhas militares iniciaram-se em 1546, com a Batalha de Quillacura, e terminaram apenas em 1883, com a chamada Pacificação da Araucania.

Agamenon, Lautaro a Ajax, Rengo a Aquiles⁸² - e esta exaltação foi reprovada por Sarmiento. Esta obra, que teve grande repercussão na Espanha e foi lida inclusive pelos reis, fez com que, abalados pelos feitos ali narrados, os monarcas espanhóis ordenassem o cessar fogo e reconhecessem a independência e autonomia territorial dos araucanos⁸³. Desaprovando tal ação o autor relata que

*Desgraciadamente tan verosímil era el cuento, que a los españoles que leían “La Araucana” en las ciudades, les puso miedo el relato, como a los niños los cuentos de brujas, y los reyes de España mandaron cesar el fuego y reconocer a los heroicos araucanos su gloriosa independencia, que conservan hasta hoy, en un Estado enclavado dentro de los limites de Chile.*⁸⁴

Podemos perceber o tom latente de ironia utilizado por Sarmiento quando este se refere à poesia de Ercilla, chamado de conto de bruxas usado para assustar crianças, o que indica seu desprezo pelos efeitos produzidos pela mesma sendo que, para ele, a concessão da autonomia territorial aos araucanos era um erro, um retrocesso no quadro histórico das conquistas espanholas. Esta região que, pela belicosidade de seus habitantes estava livre da intervenção militar espanhola, foi denominado pelos conquistadores espanhóis de “Araucania” e Ercilla, no prólogo da poesia, diz mais sobre o território

Arauco (el Estado de). Es una provincia pequeña de veinte leguas de largo y siete de ancho poco más o menos, la cual ha sido la más belicosa de todas las Indias; y por esto es llamado el Estado indómito. Llámense los indios de Araucanos, tomando el nombre de la provincia.

(“La Araucana”, Prólogo)

⁸² Caupolicán, Lautaro e Rengo foram líderes militares que lutaram na já mencionada “Guerra do Arauco”. Agamenon, Ajax e Aquiles são personagens da epopeia grega “A Ilíada”.

⁸³ Este território localizava-se no Chile.

⁸⁴ Domingo Faustino Sarmiento, 1887.*op. cit.* p. 104.

Segundo o autor, o que Ercilla escreveu foi capaz de atrasar o avanço da civilização naquela região e evidencia sua aversão afirmando que *una mala poesía, pues, há bastado para detener la conquista hacia aquel lado* , ou seja, o autor argentino discordava da cessão do território aos indígenas, pois para ele, ali deveria ter sido também objeto de conquista e de colonização por parte dos espanhóis.

Além da poesia de Ercilla, outra narrativa foi utilizada no texto para exemplificar o papel negativo que os relatos produzidos à época desempenharam para a empresa colonizadora espanhola. Esta segunda narrativa foi elaborada pelo abade Molina e recebeu especial atenção no texto de Sarmiento, que acrescenta trechos do mesmo à sua obra. A crítica a Molina fundamenta-se nos escritos do clérigo, nos quais é elaborada uma caracterização positiva dos araucanos, afirmando que

son intrépidos, animosos, atrevidos, constantes en las fatigas de la guerra, pródigos de sus vidas cuando del peligro de la patria se trata, amantes excesivamente de la libertad que estiman como un consecutivo social de ellos: celosos del próprio honor, cuerdos, hospitalarios, fieles en los tratos, reconocidos a los beneficios, generosos y humanos con los vencidos

Apresentados neste relato como um povo intrépido, corajoso, preocupado com a honra, hospitaleiro e que amava a liberdade, Molina enaltece os araucanos e registra os aspectos positivos dos indígenas daquela etnia. Em sua crítica, Sarmiento refuta esta caracterização positiva, e diz

verdad es que tan bellas cualidades las ofuscan vicios que las niegan: la pereza, la embriaguez, la ignorancia del salvaje y la altanería del animal de presa. Esto se escribía en el gabinete del sabio italiano em 1776, a causa de que, como lo dice en su prólogo, “la Europa vuelve al presente toda su atención

*a la América”, y va a satisfacer, por lo que a Chile respecta, su erudita curiosidad.*⁸⁵

As características morais ressaltadas por Molina foram interpretadas por Sarmiento como uma produção que, por ser desenvolvida no interior do gabinete, não representaria a realidade. Estando ausente dos palcos dos acontecimentos, os escritos do clérigo faziam parte de um esforço da Europa em construir uma visão positiva da América. Desse modo, comportamento orgulhoso, a preguiça, o alcoolismo, a arrogância e a ignorância seriam, de acordo com o autor, as imperfeições morais que foram ofuscadas pelas supostas qualidades atribuídas aos araucanos.

Sobre as narrativas escritas a respeito das façanhas dos indígenas, o autor afirma que estas não passam de histórias inventadas para esconder a derrota, através do engrandecimento do inimigo, e *“consejas inventadas por los conquistadores mismos, para disimular sus derrotas, engrandeciendo el enemigo”*. Assim, através do engrandecimento do inimigo indígena, as fragilidades dos conquistadores europeus não seriam ressaltadas e, em caso de derrota, a mesma poderia ser atribuída à força e valentia do oponente. Para ele *“desgraciadamente, los literatos de entonces, y aun los generales, eran más poéticos que los de ahora ...”*⁸⁶(p.103), o que teria levado os autores das crônicas e poesias a produzir textos que, impregnados de emoção, teriam relevado alguns fatos ofuscando, o que para ele seria, a verdadeira história.

Na opinião de Sarmiento a história narrada na poesia de Ercilla e no relato de Molina era alegórica e não deveria representar tanto para os chilenos ou para os argentinos, sendo esta uma história que deveria ser esquecida e não enaltecida. E admite que *los araucanos eran y son valientes, sin duda por ser más bravíos que los peruanos, que no eran salvagens de selva, sino sedentários* e este é outro elemento apontado pelo autor como fator de diferenciação dos araucanos em relação às outras etnias. A partir desse trecho extraído da obra torna-se evidente a posição do autor sobre os araucanos, pois nessa afirmação fica claro que a caracterização dada aos araucanos se justificaria

⁸⁵ Domingo Faustino Sarmiento, 1887. *op. cit.* p. 105.

⁸⁶ Domingo Faustino Sarmiento, 1887. *op. cit.* p. 103.

pela organização social e econômica destes em contraposição aos demais grupos étnicos.

Toda a concepção presente na obra sobre os araucanos foi construída tendo como referência a oposição destes aos demais grupos indígenas pré-colombianos principalmente os grupos que se organizaram de modo sedentário e agrícola. Para ele, o sedentarismo é relevante porque seria um fator que gerou a distinção entre os araucanos e os quíchuas, por exemplo. Estes últimos seriam, na visão do autor, mais adaptáveis à civilização proposta pelos brancos porque, historicamente, já estariam acostumados a compreender a sociedade de modo hierarquizado e trabalhar tendo como foco a produção e a acumulação.

3.4 Sarmiento e os indígenas da Argentina

Através de seus escritos, Sarmiento expressa sua opinião sobre a constituição da nacionalidade argentina, que ele considerava ainda em processo de construção, por isso dedicou grande parte de sua vida ao trabalho intelectual procurando contribuir, e intervir no processo de construção em curso. Sua visão sobre os indígenas adquire, para nós, grande importância, pois interessa-nos verificar quais eram as posições sociais que caberiam aos autóctones neste país por ele imaginado.

Até o presente procuramos resgatar, na obra do autor, quais são as considerações deixadas por ele sobre o processo de conquista e assimilação da cultura europeia, por parte dos indígenas. Os textos examinados remetem a relações de dominação e subordinação do branco sobre o índio, bem como cristianização e adoção do modo de vida do branco.

De modo geral, podemos indicar que o autor buscou resgatar alguns tópicos da conquista e colonização da América espanhola para tecer suas considerações sobre os indígenas. As fontes por ele consultadas para elaborar esse quadro histórico foram os documentos oficiais da coroa espanhola e as narrativas dos cronistas procurando inclusive, rebater algumas afirmações e ideias presentes nestas crônicas, como é o caso da crítica à poesia “Araucania”.

As três etnias eleitas por Sarmiento foram os quíchuas, os guaranis e os araucanos e, ao referir-se a cada uma delas, o autor elaborou um conjunto de

argumentos que justificassem e explicassem a incorporação desses à sociedade argentina. Sobre os quíchuas ele diz que sua mansidão e rápida aceitação decorre do fato de estes já estarem acostumados a submissão, posto que estiveram sob o domínio do império Inca e que o contato com os espanhóis deu-se de modo amistoso por conta desse histórico. Sobre os guaranis, é mencionada a importância que teve o trabalho missionário desenvolvido pelos dos jesuítas, elemento que foi responsável não só por causa da catequização, mas pela absorção desses dos valores do branco. Ao tratar dos araucanos, o tom de desaprovação é constante, pois os aspectos da belicosidade e o espírito guerreiro destes indígenas colocaram-se como obstáculo entre estes e a civilização, que resistiram até meados do século XIX.

Capítulo IV – Alencar e os indígenas brasileiros

No Brasil do século XIX, o movimento romântico indigenista adquiriu grande importância no cenário nacional por trazer a tona o personagem indígena como protagonista. A elaboração dos enredos atendeu a necessidade de se resgatar o papel do indígena como primeiro brasileiro, ser dotado de valores e que relacionava-se de forma harmônica com a natureza, montando um quadro idílico. Para a construção de suas histórias, os românticos resgataram textos elaborados a época da conquista e essas crônicas relatavam acontecimentos relacionados aos primeiros contatos entre os europeus e os indígenas.

A esse respeito, Lilia Moritz Schwarcz assinala que havia por parte do movimento literário indigenista um interesse relacionado à tentativa de restauração de um passado mítico, com o objetivo de concretizar a sistematização teórica de uma história nacional, projetando uma identidade brasileira em detrimento a colonial, buscando promover a autonomização da literatura brasileira. A autora salienta que apesar do pouco conhecimento referente aos indígenas do passado, os autores dos romances procuraram incorporar a figura dos indígenas às suas obras e, pensando sobre o processo de elaboração da escrita a seus enredos, ela afirma que os dicionários e

gramáticas nativas feitas pelos jesuítas passaram a ser estimados, pois eram nestas obras onde se recolhia os termos indígenas que poderiam dar mais vida e cor aos seus romances⁸⁷. Nesse sentido, foram de muita importância os documentos que eram publicados à época, tendo como veículo os anais e revistas do IHGB que era à época, o centro aglutinador das discussões e teorizações sobre o passado nacional.

Gonçalves Dias, importante escritor do romantismo indigenista demonstra este interesse inclusive produzindo uma obra intitulada “Dicionário da Língua Tupi – chamada língua geral dos indígenas do Brasil (Português-Tupi)”⁸⁸ cujo teor expõe uma metódica pesquisa de alguns termos, acompanhados de explicações que elucidam o leitor sobre os usos, demonstrando o interesse do autor pela matéria.

José de Alencar filiou-se ao indigenismo e seu célebre romance “O Guarani” fulgura entre as mais consagradas obras do movimento. Com o objetivo de localizar as representações dos indígenas e identificar as fontes por ele utilizadas, elaboramos as análises que seguem.

4.1 A utilização dos termos em tupi

A utilização dos termos em tupi na obra “O Guarani” aparece principalmente quando Peri⁸⁹, o personagem principal do romance, desenvolve algum tipo de relação com a natureza ou com seus antagonistas, os indígenas da etnia aimoré. A riqueza dos detalhes se expressa quando o autor procura elaborar alguma descrição ou de uma cena ou de algum ritual envolvendo indígenas, como quando Peri luta contra os aimorés e por eles é aprisionado. Assim, percebemos o incessante uso de palavras em tupi nestes dois contextos – envolvendo a paisagem natural e o antagonismo entre os grupos indígenas.

O romance “O Guarani” é organizado em quatro partes: Os Aventureiros, Peri, Os Aimorés e A Catástrofe. O quarto capítulo da primeira parte recebeu o nome de “A

⁸⁷ Lília Moritz Schwarcz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010. p. 131.

⁸⁸ Gonçalves Dias. *Dicionário da Língua Tupi: chamada língua geral dos indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria São José. 1965.

⁸⁹ Peri em tupi significa junco selvagem.

Onça” e é o momento em que Peri é apresentado aos leitores. Esta aparição dá-se de forma heroica, pois o personagem surge lutando contra uma onça⁹⁰ em condições de igualdade. Na descrição física de Peri aparece o termo *aimará*

Uma simples túnica de algodão, a que os indígenas chamavam de *aimará*, apertada a cintura por uma faixa de penas escarlates, caia-lhe dos ombros até o meio da perna, e desenhava-lhe o talhe delgado e esbelto como junco selvagem.⁹¹

A vestimenta do personagem é uma túnica de algodão, contudo, não bastou ao autor salientar a simplicidade do traje, ele fornece a explicação de que o traje tem um nome específico para os indígenas, chama-se *aimará*. Vale salientar que na primeira edição de “O Guarani” (datada de 1857) aparece a palavra *guarina* para nomear o traje de Peri, já nas edições posteriores incorporou-se a palavra *aimará*. O motivo que levou a esta mudança e o momento em que ela se deu, infelizmente, não temos condição de precisar.

Nesse mesmo capítulo, prosseguindo na luta entre o herói e a onça, é utilizado o termo *ticum*, que se refere ao material com que se faz corda, espécie de fibra vegetal. O texto diz que Peri “(...) meteu a mão debaixo da túnica e tirou uma corda de *ticum* que tinha enrolada à cintura em muitas voltas.” (p. 31), o que nos leva a entender que esta corda de *ticum* estava sempre ao alcance das mãos para ser utilizada em caso de necessidade. Outros exemplos de uso de tupi aparecem quando lemos sobre a batalha entre os portugueses e os aimorés, da qual Peri participa tomando partido pelos primeiros. Em um determinado momento Peri é capturado pelos aimorés e, seguindo a

⁹⁰ Por vezes a onça é chamada de tigre no mesmo capítulo, quiçá para realçar a grandeza e força do felino, rei das selvas brasileiras. E em nenhum momento ao referir-se a onça o termo *jaguar* (onça em tupi), é mencionado. O termo *jaguar* aparece apenas na página 272, afim de traçar uma comparação entre o felino e algumas características dos aimorés: “Os dentes agudos como a presa do jaguar, já não tinham o esmalte que a natureza lhes dera(...)”

⁹¹ José de Alencar. *O Guarani*. São Paulo editora Melhoramentos, 1962. 11ª edição. p. 26.

tradição desta nação de indígenas, preparou-se o banquete no qual o prisioneiro seria devorado em ritual antropofágico.

Os aimorés, depois de ligarem os punhos do prisioneiro, conduziram a alguma distancia à sombra de uma árvore, e aí o prenderam com uma corda de algodão matizada de várias cores a que os guaranis chamavam *muçurana*.⁹²

Podemos localizar nesta afirmação uma especificidade, que para nós é esclarecedora. Ao fim da sentença, o autor nos informa que aquela corda recebia o nome de *muçurana* pelos guaranis e, assim sendo, podemos afirmar que existe, por parte dele, a intenção de produzir uma narrativa voltada para enaltecer a linguagem do guarani, pois este grupo é eleito para dar nome às coisas. Todos os termos indígenas presentes no texto são de origem tupi e, em nenhum momento aparecem vocábulos relacionados a cultura dos aimorés. Esta é uma constante na obra, revelada também pela inexistência do uso nomes próprios para os aimorés, sendo que estes são chamados genericamente pelo nome de sua nação.

A *muçurana* era um tipo de corda e foi utilizada para atar os punhos de Peri, uma vez que ele era prisioneiro dos aimorés. O ritual de antropofagia seguia algumas normas, pois era um ritual orientado para satisfazer algumas necessidades religiosas. Contudo, em “O Guarani”, o ato de canibalismo resvala-se em uma necessidade de vingança, posto que um português – dom Diego, filho e herdeiro de dom Antônio de Mariz - assassinou de modo acidental uma jovem índia aimoré, e a batalha iniciou-se por conta da necessidade de os aimorés equipararem o dano causado pelo rapaz. O ritual de canibalismo era uma festa, durava vários dias e, de acordo com Carlos Fausto, existiam vários passos a serem seguidos e um deles envolvia a *muçurana*.

Durante esse período, o cativo era preparado para execução num processo crescente de “re-inimização”: no dia que antecedia o massacre, segundo

⁹² José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 278.

Cardim, encenavam uma tentativa de fuga do prisioneiro e sua captura. Era-lhe dado também o direito de vingar antecipadamente a própria morte: amarrado pelo ventre por uma grossa corda de algodão ou embira, chamada muçurana, recebia pedras frutas, cacos de cerâmica, que deveria lançar contra a audiência, mostrando sua ferocidade e coragem.⁹³

Em Alencar, o leitor experimenta uma nuance deste complexo ritual, pois os acontecimentos são narrados de modo frenético, para prender o leitor à narrativa. Percebemos que a obra apresenta uma simplificação, pois Peri é preso e, imediatamente, no campo de batalha mesmo, iniciam-se os preparos para o canibalismo. O *cauim*⁹⁴ já estava pronto para ser consumido e as canções entoadas traziam a simbologia do assustador ritual e “o ar estrugiu com o som rouco da inúbia e do maracá⁹⁵” (p. 291).

Apesar dos aspectos sombrios e do ambiente de tensão criado em torno da cena, elementos românticos são incorporados também nestes momentos tão críticos para o herói guarani. A guardiã do prisioneiro, uma jovem aimoré, depois de apaixonar-se por ele, oferece-lhe a possibilidade de fuga ao que ele nega, preferindo permanecer cativo e morrer com honra.

Em um determinado momento da trama, esta jovem aimoré lança seu corpo sobre o de Peri, protegendo-o de uma seta fatal, e morre ofertando sua vida no lugar da de seu cativo. Nas Notas de “O Guarani”, Alencar acrescenta uma informação referente à figura da “esposa de túmulo”, fazendo menção ao que escreveu o cronista Gabriel Soares de Sousa em “Roteiro do Brasil”⁹⁶. Ele diz que

⁹³ Conforme mencionado por Carlos Fausto. Fragmentos de História e Cultura tupinambá: Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.p. 391.

⁹⁴ Cauim: cachaça de mandioca utilizada para finalidades rituais.

⁹⁵ Maracá: chocalho usado em rituais.

⁹⁶ Gabriel Soares de Sousa: autor “Tratado descritivo do Brasil em 1587”. Através de sua crônica, elaborou um registro fecundo sobre a natureza do país, dedicando especial atenção aos grupos indígenas que povoavam as terras brasileiras à época.

“Espôsa de tûmulo - “Dão a cada prisioneiro por mulher a mais formosa moça que há na sua casa; a qual moça tem o cuidado de servir e dar-lhe o necessário para comer e beber””. (Nota 280, p. 378)

Mais adiante, na Nota 282 Alencar justifica, através de um recorte do mesmo documento de Gabriel Soares de Sousa, a incorporação do elemento romântico anteriormente citado, em que a guardiã de Peri lhe oferece a possibilidade de fuga. O trecho em questão, ao tratar das tais “esposas de tûmulo”, diz que

Mas também há algumas que tomaram tamanho amor aos captivos que as tomaram por mulheres, que lhes deram muito jeito para se acolherem e fugirem das prisões que eles cortam com alguma ferramenta que ellas às escondidas lhe deram (...)

O cronista, ao registrar esta recorrência entre os indígenas habituados aos rituais de canibalismo, ofereceu um fecundo material de trabalho para os escritores que pesquisavam e escreviam sobre a temática dos primeiros povos do Brasil. José de Alencar valeu-se destes registros, utilizando-os na construção de seu romance, elaborando um enredo que é fantasia e deleite contudo, a trama é articulada em torno de fatos verossímeis.

Nesse sentido, Machado de Assis, ao prefaciар a edição de 1887 de “O Guarani”, assevera que “a originalidade do autor estava na imaginação fecunda, - ridente ou possante, - e na magia do estilo”⁹⁷. Esta pujança imaginativa, aliada ao ritmo frenético em que a narração ocorre, percorre toda a trama e a natureza exuberante, tanto da paisagem como do indígena representado, agregam vivacidade à literatura de Alencar.

⁹⁷ O imortal Machado de Assis prefaciou uma edição de “O Guarani” em 1887, que foi publicada após a morte de Alencar. Este prefácio está disponível em uma edição posterior, datada de 1970. José de Alencar. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1970. p. 7-11.

Iara é outro termo em tupi utilizado na obra e que revela a relação existente entre Peri e Ceci. A palavra surge num momento em que o herói resgata a jovem filha de dom Antônio de Mariz da morte.

De repente, entre o dossel de verdura que cobria esta cena, ouviu-se um grito vibrante e uma palavra de língua estranha:

- Iara.

É um vocábulo guarani: significa senhora.⁹⁸

Mais uma vez podemos verificar a preocupação do autor em ilustrar o leitor, oferecendo o significado do termo que ele está utilizando. No trecho selecionado, evidencia-se a inclinação informativa de Alencar, pois a estrutura da narração aponta para este caráter didático. Havia por parte dos adeptos do romantismo como expressão literária, o interesse de elevar aspectos da indígena, e isso se deu através da incorporação de termos em tupi e elementos da cultura nativa as suas narrativas.

Ao optar pela língua tupi e edificar a trama em torno do guarani, Alencar produz uma diferenciação deste grupo frente aos demais e apresenta, a nosso ver, uma tomada de posição a favor destes e em detrimentos aos outros – sendo estes representados, na obra, pelos aimorés.

4.2 Peri

O personagem principal do romance “O Guarani” é Peri, um jovem de origem goitacá que foi conviver com os portugueses por conta de sua devoção a Ceci, filha de dom Antônio de Mariz. No capítulo intitulado “*Iara*” é narrado o primeiro diálogo entre o fidalgo português e Peri, logo após o rapaz ter salvo a vida de Ceci

⁹⁸ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 112.

Por fim D. Antônio passando o braço esquerdo pela cintura de sua filha, caminhou para o selvagem e estendeu-lhe a mão com gesto nobre e afável; o índio curvou-se e beijou a mão do fidalgo.

- De que nação és? perguntou-lhe o cavalheiro em guarani.

- Goitacá, respondeu o selvagem erguendo a cabeça com altivez.

- Como te chamas?

- Peri, filho de Ararê, primeiro de sua tribo.

- Eu, sou um fidalgo português, um branco inimigo de tua raça, conquistador de tua terra; mas tu salvaste minha filha; ofereço-te a minha amizade.⁹⁹

São fartas as possibilidades de análise para este diálogo extraído do livro de Alencar e, dentre estas, optamos pela que revela a condição de Peri frente ao fidalgo. O herói indígena acabara de salvar vida da jovem Ceci e, passado o susto, o pai queria saber sobre o salvador. Ele estende a mão a Peri e a reação do indígena é de pronta submissão, pois ele se curva e beijando-lhe a mão, ato que denota respeito e sujeição, incompatível com um guerreiro guarani, primeiro de sua tribo. O fato de dom Antônio de Mariz conhecer o idioma indígena pressupõe que este já teria travado um contato com indivíduos da etnia de Peri, a ponto de dominar sua língua e aprender a comunicar-se com eles.

Quando indagado sobre sua origem, Peri responde com altivez que é um goitacá, e é o primeiro de sua tribo – seu pai, Ararê era o líder da tribo e com sua morte, caberia a Peri ocupar esta função. Mais uma vez dom Antônio de Mariz se coloca numa condição superior a de Peri, afirmando que é um branco português, um conquistador, um inimigo da raça do jovem índio. Apesar de todos esses elementos que jogariam por terra todas as possibilidades de entendimento entre ambos, o heroico ato de Peri amenizou um possível conflito que pudesse existir, a ponto de o pai da menina oferecer amizade ao salvador de sua filha e estabelecer, a partir disso, uma relação de respeito e confiança com ele.

Nos apontamentos finais da obra, as Notas deixadas por José de Alencar revelam que o autor tinha conhecimento dos registros deixados pelos cronistas e apoiou-se

⁹⁹ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 113.

nestes textos para produzir a narrativa. Esta revelação reforça a ideia da constante pesquisa histórica feita pelos autores românticos, para que suas obras tivessem mais respaldo teórico

O tipo que descrevemos é inteiramente copiado das observações que se encontram em todos os cronistas. Em um ponto porem variam os escritores: uns dão aos nossos selvagens uma estatura abaixo da regular; outros uma estatura alta. Neste ponto preferi guiar-me por Gabriel Soares que escreveu em 1580, e que nesse tempo devia conhecer a raça indígena em todo o seu vigor, e não degenerada como se tornou depois.¹⁰⁰

Mais uma vez Alencar se refere aos registros de Gabriel Soares de Sousa e esta é uma constante nas Notas. Este cronista, através de sua descrição revela o olhar do conquistador branco que aqui vivia e procurava manter sua subsistência, tratou também de elucidar sobre as disputas entre os diferentes grupos indígenas que pelejavam por terras naquele período.

Um aspecto que despertou nossa atenção foi a observação feita por Alencar, referindo-se ao indígena que viveu na época de Gabriel Soares de Sousa. Para ele, naquele período a raça indígena era plena em vigor, mas, com o tempo, houve a degeneração. Essa afirmação presente nas Notas revela o julgamento do autor em relação aos indígenas contudo, não é possível verificar o conteúdo subjacente dessa fala, pois ele não prossegue discutindo o tema da degeneração. Acreditamos que existe uma relação entre esta ideia e aquela já desenvolvida num capítulo anterior, na qual nos referimos as discussões sobre a degeneração na América.

Referindo-se especificamente aos indígenas Goitacazes, no já mencionado Tratado de Gabriel Soares de Sousa podemos encontrar no capítulo XLV intitulado “Em que se diz quem são os Goitacazes, sua vida e costumes” uma preciosa narrativa sobre a nação de Peri

¹⁰⁰ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 374-375.

(...) Esse gentio tem a côr mais branca que os que dissemos atrás, e tem diferente linguagem; é muito bárbaro; o qual não granjeia muita lavoura de mantimentos: plantam somente legumes, (...), e a caça, que matam às flechadas, porque são grandes flecheiros. Não costuma esta gente pelejar no mato, mas em campo descoberto, nem são muito amigos de comer carne humana (...); não dormem em redes, mas no chão, com folhas debaixo de si.

Costumavam estes bárbaros (...) andarem no mar nadando, esperando os tubarões com um pau muito agudo na mão, e, em remetendo o tubarão a eles, lhe davam com o pau, que lhe metiam pela garganta com tanta força que o afogavam, e matavam, e o traziam à terra, não para o comerem para o que se não punham em tamanho perigo, senão para lhes tirar os dentes, para os engastarem nas pontas das flechas.

Tem esse gentio muita parte dos costumes dos tupinambás, assim no cantar, no bailar, tingir-se de jenipapo, na feição do cabelo da cabeça e no arrancar os mais cabelos do corpo e outras gentilidades (...) ¹⁰¹

Em que pese alguns adjetivos valorativos empregados, tais como os que julgam bárbara a natureza destes gentios - como quando é ressaltada a sua limitação para a agricultura - percebemos que, de um modo geral, a caracterização traçada para estes indígenas é positiva. O cronista diz que eles não comem carne humana (hábito que representa grande temor para seus contemporâneos, tanto brancos como indígenas) que são grandes flecheiros e que gostam de lutar em campo aberto. É apontada também uma particularidade dos Goitacazes, que é a engenhosidade, manifesta através de técnicas para dominar a natureza.

O relato descreve a destreza dos Goitacazes no que se refere à produção de suas armas de guerra, sendo que eles descobriram que dos dentes dos tubarões poderiam obter as pontas para tornar suas lanças mais letais destacando, desse modo, as virtudes dos indígenas da etnia goitacá.

¹⁰¹ Gabriel Soares de Sousa. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra, 2010. p. 124.

4.3 O confronto: aimorés x guaranis – a importância das crônicas

O enredo de “O Guarani”, até onde pudemos aferir, foi alicerçado com o intuito de exaltar os indígenas da etnia guarani, afim de elevá-los positivamente à condição de primeiros brasileiros, sendo pois necessários para a construção da identidade brasileira, insígnia do indigenismo. E Alencar confirma esta premissa nas Notas quando, ao teorizar sobre os guaranis o autor esclarece que

O título que damos a este romance significa o indígena brasileiro. Na ocasião da descoberta, o Brasil era povoado por nações pertencentes a uma grande raça, que conquistara o país havia muito tempo, e expulsara os dominadores. Os cronistas ordinariamente designavam esta raça pelo nome Tupi, mas esta denominação não era usada senão por algumas nações. Entendemos que a melhor designação que se lhe pode dar era a da língua geral que falavam naturalmente lembrava o nome primitivo da grande nação¹⁰².

Evidencia-se, através da leitura desta observação feita pelo próprio autor a tendência de que, para os autores românticos, preocupados com a construção de uma identidade indígena brasileira, seria necessário resgatar elementos da cultura guarani em detrimento das demais nações indígenas que partilhavam o território com os mesmos. O autor inclusive rejeita a nomenclatura Tupi, comumente destinada aos indígenas guaranis, e salienta que “esta denominação não era usada senão por algumas nações” e que alguns cronistas faziam uso deste termo.

Percebemos que Gabriel Soares de Sousa, cronista lido e citado por Alencar, designava os indígenas com nomenclatura própria, chamando-os Goitacazes, Guaianazes, Tamoios, Carijós, Aimorés, etc., respeitando a multiplicidade das nações existentes à época. Com isso, o cronista contribui para a percepção da diversidade dos grupos indígenas, de modo que, através da leitura dos registros do cronista tomemos conhecimento sobre esses grupos, de seus hábitos e costumes e as relações desenvolvidas entre estes e o branco colonizador. Em suma, ao designar os indígenas e

¹⁰² José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 374.

especificar alguns aspectos culturais inerentes a cada agrupamento, as crônicas contribuíram para que possamos conhecer, com mais verossimilhança, aspectos da cultura indígena.

Conforme já apontamos anteriormente, esta ideia de que o guarani era o indígena brasileiro por excelência era partilhada pelos intelectuais contemporâneos a Alencar. E o modo como se dava o reconhecimento era através do resgate de crônicas e textos elaborados à época da colonização do território brasileiro, sendo que estes documentos foram pesquisados e analisados por Alencar, conforme o mesmo faz questão de salientar em “Como e porque sou romancista”¹⁰³, texto de memórias intelectuais escrito em 1873, no qual relata que ao escrever “O Guarani” não trazia consigo nenhum livro, sua casa estava em reforma e ele trabalhava em um quartinho, “(...) e socorria-me unicamente a um canhenho, em que havia em notas o fruto de meus estudos sobre a natureza e os indígenas do Brasil.” (p. 26). Desse modo, podemos entender que a construção dos personagens indígenas, da fauna e flora, bem como a cultura inerente aos grupos indígenas ali representados deu-se através da pesquisa em registros pessoais do autor, a caderneta que trazia apontamentos referentes a seus estudos. O que revela seu apreço pela pesquisa do tema.

Sobre as relações travadas entre os aimorés e os guaranis tomemos, como elemento de análise o trecho em que Peri explicita sua ansiedade diante da eminência de um confronto entre os aimorés e os portugueses na trama. Ia iniciar-se o confronto e Peri ansiava que passasse por ali algum grupo de guaranis para partir em defesa da casa de dom Antônio de Mariz e “o ódio inveterado que havia entre as tribos da grande raça e a nação degenerada dos Aimorés, justificava a esperança de Peri” (p. 227). A afirmação de que a grande raça guarani nutria ódio ancestral perante os indígenas da nação degenerada dos aimorés é um elemento que desperta a atenção, pois a frase é carregada de adjetivos tanto positivos quanto negativos.

Apontamos anteriormente que, se tratando dos guaranis, havia por parte da obra a tentativa de abordá-los de maneira positiva, pois esta etnia era considerada como a grande nação, a raça que expulsou os dominadores e, pela sua valentia e coragem, deveriam fulgurar entre os primeiros brasileiros que, somando-se aos portugueses,

¹⁰³ José de Alencar. *Como e porque sou romancista*, 1873. Disponível em <http://www.virtualbooks.com.br/>

viriam a constituir a nação brasileira. O goitacá é um grupo pertencente à nação guarani – o personagem Peri pertence à nação goitacá - e sobre estes indígenas a crônica de Gabriel Soares de Sousa nos revela que

“A nação goitacá dominava todo o território entre o Cabo de São Tomé e o Cabo Frio; era um povo guerreiro, valente e destemido, que por diversas vezes fizera sentir aos conquistadores a força de suas armas”¹⁰⁴

Essas informações sobre os goitacá foram extraídas, conforme podemos ler nas Notas (p. 377) das crônicas de Gabriel Soares de Sousa. As declarações acerca dos indígenas goitacá expressam admiração, pois adjetivam positivamente este grupo, atribuindo a ele força, valentia e coragem, sendo que inclusive os conquistadores puderam sentir o quão destemidos eram estes indígenas.

Quando há referências aos aimorés, as observações não expressam tanta admiração e respeito, pois eles são, de acordo com o texto, a nação degenerada. Ao referir-se aos aimorés, o julgamento de Peri é fundamental para traçar a caracterização, sendo que o leitor é levado a interpretar os costumes dos aimorés a partir da visão que este personagem tem sobre eles

Ora, o índio conhecia a ferocidade desse povo sem pátria e sem religião, que se alimentava de carne humana e vivia como feras, no chão e pelas grutas e cavernas; estremecia só com a ideia de que pudesse vir assaltar a casa de Dom Antônio de Mariz.¹⁰⁵

Se Peri, que era um valente índio goitacá, acostumado a enfrentar os mais perigosos inimigos estremecia só em pensar nos aimorés, o que dizer dos brancos

¹⁰⁴ Gabriel Soares de Sousa, 2010. *op. cit.* p. 124.

¹⁰⁵ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 90.

portugueses, que não conheciam os ardis dos inimigos que se aproximavam? Agrega-se a esta caracterização a informação de que estes eram indígenas sem pátria e sem religião, o que aumentava ainda mais o temor. Dando prosseguimento a esta caracterização, os aimorés são descritos como

Homens quase nus, de estatura gigantesca e aspecto feroz; cobertos de peles de animais e penas amarelas e escarlates, armados de grossas clavas e arcos enormes, ameaçavam soltando gritos medonhos”¹⁰⁶

Se observarmos a descrição de Peri, na qual é relatada a elegância no porte, a harmonia nas formas e a singeleza nos gestos, podemos compreender o quanto a caracterização dos aimorés são sombrias e impregnadas de temor. Não são pessoas, são feras. Não usam traje tal como Peri, mas vestem-se com pele de animais e penas de pássaros, o que confere mais terror a descrição destes indígenas.

Quando a trama encaminha-se para o final, houve um embate direto entre os aimorés e os colonizadores, sendo que estes últimos foram apoiados por Peri. É neste instante que o herói é aprisionado e está na eminência de ser devorado pelos aimorés num ritual antropofágico. A descrição produzida sobre os aimorés causa pavor, pois salienta aspectos que os adjetivam negativamente, embrutecendo-os. Vejamos

Enquanto se ocupava com esse trabalho, um prazer feroz animava todas essas fisionomias sinistras, nas quais a braveza, a ignorância e os instintos carniceros tinham quase de todo apagado o cunho da raça humana.

Os cabelos arruivados caíam-lhe sobre a fronte e ocultavam inteiramente a parte mais nobre do rosto, criada por Deus para a sede da inteligência, e para o trono donde o pensamento deve reinar sobre a matéria.

Os lábios decompostos, arregaçados por uma contração dos músculos faciais, tinham perdido a expressão suave e doce que imprimem o sorriso e a palavra; os

¹⁰⁶ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 243.

lábios de homens se haviam transformado em mandíbulas de fera, afeitas ao grito e ao bramido.

Os dentes agudos como a presa do jaguar já não tinham o esmalte que a natureza lhes dera; armas ao mesmo tempo que instrumentos de alimentação, o sangue os tingira da cor amarelenta que tem os dentes dos animais carniceiros.

As grandes unhas negras e retorcidas que cresciam nos dedos, a pele áspera e calosa faziam de suas mãos antes garras terríveis, do que a parte destinada a servir ao homens e dar aspecto a nobreza do gesto.

Grandes peles de animais cobriam o corpo agigantado desses filhos das brenhas, que a não ser o porte ereto se julgaria alguma raça de quadrúmanos indígenas do novo mundo.¹⁰⁷

Os aimorés, de acordo com o texto, eram seres obscuros, em que não se reconhecia aspectos de bondade e humanidade. Sua fisionomia fazia com que se parecessem às feras selvagens. Ao referir-se aos aimorés, a imagem construída não lembra em nada a doçura e admiração.

Nas palavras de Alencar “N’O Guarani o selvagem é um ideal, que o escritor intenta poetizar, despindo-o da crosta grosseira de que o envolveram os cronistas, e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetam os restos embrutecidos da quase extinta raça.”¹⁰⁸ Ora, o selvagem ideal é o da etnia guarani, e esta construção idealizada ocorreu, conforme apontamos, na oposição entre este e os aimorés. Desse modo, não é sobre qualquer selvagem que repousa o ideal de bondade, que se reconhecem as virtudes e a coragem: esta imagem privilegia o indígena guarani. Aos demais, especialmente aos aimorés, restou os adjetivos pejorativos, evidenciados pela afirmação que, se não fosse o porte ereto, seriam quadrúmanos indígenas do novo mundo, não servindo pois aos ideais patrióticos almejados.

¹⁰⁷ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 271-272.

¹⁰⁸ José de Alencar, *Como e porque sou romancista*. p. 27

4.3 Por que me chamas Ceci?

Ceci era o nome utilizado por Peri para chamar Cecília, a filha de dom Antônio de Mariz. No trecho de “O Guarani” que transcreveremos a seguir, elucida-se a origem desse nome

- Por que me chamas tu Ceci?

O índio sorriu tristemente.

Não sabes dizer Cecília?

Peri pronunciou claramente o nome da moça com todas as sílabas; isto era tanto mais admirável quanto a sua língua não conhecia quatro letras, das quais uma era o L.

- Mas então, disse a menina com alguma curiosidade, se tu sabes o meu nome, por que não o dizes sempre?

- Porque Ceci é o nome que Peri tem dentro da alma.

- Ah! É um nome da tua língua?

- Sim.

- O que quer dizer?

- O que Peri sente.

- Mas em português?

- Senhora não deve saber.

A menina bateu com a ponta do pé no chão e fez um gesto de impaciência.

D. Antônio passava; Cecília correu ao seu encontro:

- Meu pai, dize-me o que significa Ceci nessa língua selvagem que falais.

- Ceci? ... Disse o fidalgo procurando lembrar-se. Sim! É um verbo que significa doer, magoar.

A menina sentiu um remorso; reconheceu a sua ingratidão, e lembrando-se do que devia ao selvagem e da maneira porque o tratava, achou-se má, egoísta e cruel.¹⁰⁹

¹⁰⁹ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 130.

O vocábulo *ceci* apresenta-se, a partir dessa explicação, como uma expressão integrante da cultura de Peri, invocando uma memória sentimental. O leitor é conduzido a construir uma imagem mental afetiva do nome dado a Ceci toda vez que Peri assim a chamar, pois a expressão remete a um sentimento de dor, de sofrimento amoroso. No parágrafo posterior, a personagem se compromete a lembrar-se da dor que causara ao indígena tratando-o com pouco caso e despeito, por isso pede que ele continue a chamar-lhe Ceci. Por tratar-se de uma relação existente entre Peri e a filha do fidalgo português, fica clara a alusão a um sentimento, misto de carinho, dedicação e ressentimento, por parte do indígena que legitimam a relação de Peri frente à Ceci.

Para Eduardo Navarro, a relação existente entre o nome Ceci e o vocábulo correspondente em tupi é fruto de um esforço por parte de Alencar, de valorizar a cultura indígena, em que pese o pouco conhecimento teórico sobre esta cultura indígena no século XIX.

O autor, que é um pesquisador do tupi, nos informa que

Tal nome tem grande semelhança sonora com o tema nominal **asy (r-s)** – *ter dor, doer* -, quando recebe o prefixo de relação s-: **S-ASY** (i.e., *dói, ele tem dor*). Alencar faz uma engenhosa alusão à dor do amor impossível, como era aquele que o índio nutria por Ceci. Embora o termo **SASY** seja do tupi antigo, Alencar chama o seu romance de *O Guarani*. Isso se deve ao fato de que não havia ainda, no século XIX, um claro conhecimento das diferenças entre o tupi e o guarani. Com efeito, nem se sabia bem qual era o léxico do tupi antigo. Em rigor, em guarani, *dói* é **H-ASY** e não **S-ASY**.¹¹⁰

A construção do vocábulo Ceci, com o significado atrelado aos sentimentos de doer, ter dor, magoar, demonstram, a partir da explicação elaborada por Navarro, como uma tentativa de conferir mais beleza e simbologia ao romance de Alencar. Mas o autor nos adverte que há um pequeno equívoco na utilização do termo, posto que o

¹¹⁰ Eduardo de Almeida Navarro. *Método Moderno de Tupi Antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. São Paulo: editora Global, 2006. 3ª edição. p. 133-134.

significado correto para magoar seria H-ASY, e não S-ASY, ou Ceci, como aparece na obra. Ao empregar este termo Alencar, empreende um esforço linguístico forjando a alusão a um sentimento de dor ocasionado pelo despeito de Ceci a Peri, e criando, de forma harmônica, a metáfora de um sentimento não correspondido ou ainda, quem sabe, não descoberto.

4.5 Aspectos da nobreza de Peri

Ao construir o enredo de “O Guarani” em torno da figura de Peri, José de Alencar atribuiu ao indígena goitacá uma série de elementos, que passaram a compor a constituição moral do personagem. E foram as características morais de Peri que o ajudaram a superar as intrigas nas quais ele esteve envolvido no decorrer da trama, convertendo-o em herói.

O primeiro elemento que analisaremos, para perceber o caráter de Peri é a sua relação com a liberdade. Vejamos um diálogo entre Peri e Ceci, para entender como se dava esta relação

- Que queres que Peri faça de sua vida, senhora?

- Quero que estime sua senhora e lhe obedeça, e aprenda o que ela lhe ensinar, para ser um cavalheiro como meu irmão D. Diogo e o Sr. Álvaro.

Peri abanou a cabeça.

- Olha, continuou a menina; Ceci vai te ensinar a conhecer o Senhor do Céu, e a rezar também e ler bonitas histórias. Quando souberes tudo isso, bordará um manto de sêda para ti; terás uma espada, e uma cruz no peito. Sim?

- A planta precisa de sol para crescer; e a flor precisa de água para abrir; Peri precisa de liberdade para viver.

- Mas tu serás livre; e nobre como meu pai!

- Não!... O pássaro que voa nos ares cai, se lhe quebram as asas; o peixe que nada no rio morre, se o deitam em terra; Peri será como o pássaro e como o peixe, se tu cortares as asas e o tirares da vida em que nasceu.¹¹¹

¹¹¹ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 194.

Apesar de estar preso a Ceci por laços de dedicação e afeto, o indígena não estava disposto a abrir mão de sua vida natural para submeter-se ao modo de vida dos portugueses com os quais vivia. Para Ceci, sua oferta era irrecusável, pois ela iria ensinar o amigo a portar-se como um homem civilizado, modificando suas vestimentas, ensinando-o a escrita e a leitura, instruindo-o nas coisas da fé católica, enfim, inserindo-o em um novo mundo. Tornar-se um cavalheiro, dotado das insígnias da cultura branca, com armamentos e vestimentas era, para Peri, a perda da sua liberdade.

Acostumado a estar junto à natureza e dela colher sua beleza e buscar exemplos para se expressar, o indígena faz referência a elementos da paisagem tais como pássaros, flores e peixes para elaborar uma metáfora que explicasse como ele se sentiria caso tivesse de se distanciar do seu modo de vida.

O argumento de Peri para não aceitar a nova vida que Cecília lhe oferecia foi, no mínimo, curioso. Vejamos

- Tu não entendeste Peri, senhora; Peri te pediu que o deixasse na vida em que nasceu, porque precisa desta vida para salvar-te.

Como?... Não te entendo!

- Peri, selvagem, é o primeiro dos seus; só tem uma lei, uma religião, é sua senhora; Peri cristão, será o último dos teus; um escravo, e não poderá defender-te.

- Um escravo?... Não! Serás um amigo. Eu te juro! Exclamou a menina com vivacidade.

O índio sorriu:

- Se Peri fosse cristão, e um homem quisesse ofender-te, ele não poderia matá-lo, porque o teu Deus manda que um homem não mate o outro. Peri selvagem não respeita ninguém; quem ofende sua senhora é seu inimigo, e morre!¹¹²

¹¹² José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 206-207.

Converter-se ao cristianismo e inserir-se definitivamente no modo de vida dos portugueses implicaria, para Peri, em abrir mão de seus costumes, pois ele teria que se adequar as regras de conduta dos cristãos e isso iria ferir sua natureza. O índio não aceitava, por exemplo, o princípio que negava a morte - não matar - e, diante dos conflitos e intrigas em que ele estava envolvido¹¹³, seria necessário matar para proteger a sua senhora. Em prosseguimento a este diálogo, o personagem diz para Ceci que quando a moça não estivesse correndo mais perigo ele enfim, se converteria ao cristianismo, atendendo ao seu desejo, ao que ela responde afirmando que, quando esta hora chegasse, ela o estimaria ainda mais.

Os modelos de cavalheiro português, na visão de Ceci eram seu pai dom Antonio de Mariz, seu irmão dom Diogo e dom Álvaro; e, para ela, Peri teria que ser igual a eles. O personagem dom Álvaro contrastava com Peri no que se referia ao modo de vida, contudo, o caráter do indígena o colocava em situação de igualdade com o português, conforme podemos perceber no trecho a seguir

Os dois homens olharam-se um momento em silêncio; ambos tinham a mesma grandeza de alma e a mesma nobreza de sentimento; entretanto as circunstancias da vida haviam criado neles um contraste.¹¹⁴

O que podemos aferir é que o contraste a que o autor se refere é o modo de vida de Peri, tão distinto de dom Álvaro. Isso é ressaltado pela afirmação do personagem dom Antônio de Mariz, na qual ele diz que Peri é um cavalheiro português na pele de um selvagem, ou seja, por ser um indivíduo dotado das mesmas qualidades que os nobres portugueses merecia respeito, contudo seu infortúnio foi ter nascido nas matas

¹¹³ Vale ressaltar que o enredo envolve uma traição, tendo como foco o personagem Loredano, que era um frade carmelita que abandonou o hábito para dedicar-se as aventuras em busca de riqueza e por isso, fazia parte das expedições organizadas por dom Antônio de Mariz. Loredano apaixonou-se por Ceci e elaborou um plano para matar o pai da moça e tomar para si seus domínios. Peri descobre a trama e passa a correr no encalço do italiano, desmontando suas armadilhas. Sem caráter e inescrupuloso, Loredano é o personagem moralmente antagônico a Peri.

¹¹⁴ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 192.

do Brasil. Ao descrever a personalidade do cavaleiro português, é ressaltada sua nobreza e caráter.

Em Álvaro, a honra e um espírito de lealdade cavaleiresca dominavam todas as suas ações; não havia afeição ou interesse que pudesse quebrar a linha invariável, que ele havia traçado, e era a linha do dever.¹¹⁵

E sobre Peri

Em Peri a dedicação sobrepujava tudo; viver para sua senhora, criar em torno dela uma espécie de providência humana, era a sua vida; sacrificaria o mundo se possível fosse, como o Noé dos índios, salvar uma palmeira para abrigar Ceci.

Ao elaborar a comparação entre dom Álvaro e Peri são abordados aspectos referentes à lealdade, nobreza, dedicação e cumprimento do dever. Esse era o alicerce sob o qual repousavam as ações dos dois personagens, aspectos que estavam incutidos em seu caráter, e que, no decorrer da trama, os levam a praticar ações de heroísmo e serem tratados como iguais.

Entretanto essas duas naturezas, uma filha da civilização, a outra filha da liberdade selvagem, embora separadas por distancia imensa, compreendiam-se; a sorte lhe traçara um caminho diferente, mas Deus vazara em suas almas o mesmo germe do heroísmo, que nutre grandes sentimentos.¹¹⁶

¹¹⁵ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 192.

¹¹⁶ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 193.

O espírito dotado de atributos heroicos estava presente tanto em dom Álvaro como em Peri, tanto na civilização quanto na liberdade selvagem e, longe de serem dicotômicas, estas duas naturezas dialogavam por compreenderem-se enquanto integrantes de um mesmo código de honra. O modo de vida era um traço distintivo entre esses dois personagens e, nesse aspecto, podemos afirmar que o modo de vida civilizado estava em contraposição ao modo de vida selvagem, sustentado por Peri.

Nos momentos finais do enredo, em que o cerco à casa de dom Antônio de Mariz estava feito e o eminente ataque dos aimorés já se fazia sentir, Peri comprova sua valentia e abnegação por Ceci e procura convencer o pai da moça a deixá-lo fugir com a mesma, salvando-a da morte certa. E é nesse momento que Peri se rende, aceitando ser cristão

- Se tu fosses cristão, Peri!...

- Por quê? ... perguntou ele.

- Por quê? ... disse lentamente o fidalgo. Porque se tu fosses cristão, eu te confiaria a salvação de minha Cecília; estou convencido de que a levarias ao Rio de Janeiro, à minha irmã.

O rosto do selvagem iluminou-se; seu peito arquejou de felicidade; seus lábios trêmulos mal podiam articular o turbilhão de palavras que lhe vinham do íntimo da alma.

- Peri quer ser cristão! Disse ele.

D. Antônio lançou-lhe um olhar úmido de reconhecimento.

- A nossa religião permite, disse o fidalgo, que na hora extrema todo homem possa dar o batismo. Nós estamos com o pé sobre o túmulo. Ajoelha, Peri!

O índio caiu aos pés do velho cavalheiro, que impôs-lhe as mãos sobre a cabeça.

- Sê cristão! Dou-te o meu nome.

Peri beijou a cruz da espada que o fidalgo lhe apresentou, e ergueu-se altivo e sobranceiro, pronto para afrontar todos os perigos para salvar sua senhora.

- Escuso exigir de ti a promessa de respeitares e defenderes minha filha. Conheço a tua alma nobre, conheço o teu heroísmo e a tua sublime dedicação por Cecília.¹¹⁷

¹¹⁷ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 338-339.

E nessas circunstâncias Peri foi convertido e batizado por dom Antônio de Mariz, recebendo assim a missão de proteger Ceci, tendo reconhecimento das qualidades morais que o abonavam para a tarefa. Os demais personagens da trama sucumbiram perante os aimorés sendo que, nas cenas finais, o lugar foi devorado pelo fogo.

4.6 - Sobre o mito

Restava ainda, por parte de Alencar, adicionar ao desfecho mais um elemento que remetesse ao passado abordando, para isso a cosmogonia indígena, encerrando com grandeza a trama. Para finalizar, foi adicionado a trama a luta do índio com a natureza.

Peri havia lutado com o tigre, com os homens, com uma tribo de selvagens, com o veneno; e tinha vencido. Era chegada a ocasião de lutar com os elementos; com a mesma confiança calma e impassível, esperou pronto a aceitar seu combate.¹¹⁸

Após ter demonstrado sua bravura, o índio haveria que lutar contra os elementos, estando esses representados pela água. No momento em que Peri se lança em fuga para salvar a vida de Ceci e levá-la ao Rio de Janeiro, é surpreendido por uma tempestade e a solução encontrada para fazer dessa dificuldade uma oportunidade foi jogar-se as águas turbulentas do rio Paraíba. Demonstrando força, Peri faz com que a palmeira em que está abrigado com Ceci desprenda suas raízes do solo e deslize pelas águas do rio. Durante este, que é o último capítulo do romance, é trazido à tona um mito indígena de Tamandaré, através da narração de Peri a Ceci.

Foi longe, bem longe dos tempos de agora. As águas caíram e começaram a cobrir toda a terra. Os homens subiram ao alto dos montes; um só ficou na várzea com a esposa.

¹¹⁸ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 366.

Era Tamandaré; forte entre os fortes; sabia mais que todos. O Senhor falava-lhe de noite; e de dia ele ensinava aos filhos da tribo o que aprendia do céu.

Quando todos subiram aos montes, ele disse:

- Ficai comigo; fazei como eu, e deixai que venha a água.

Os outros não o escutaram; e foram para o alto; e deixaram ele só na várzea com sua companheira, que não o abandonou.

Tamandaré tomou sua mulher nos braços e subiu com ela ao olho da palmeira; aí esperou que a água viesse e passasse; a palmeira dava frutos que os alimentavam.

A água veio, subiu e cresceu; o sol mergulhou e surgiu uma, duas, três vezes. A terra desapareceu; a árvore desapareceu; a montanha desapareceu;

A água tocou o céu; e o Senhor mandou que parasse. O sol olhando só viu céu e água, e entre a água e o céu, a palmeira que boiava levando Tamandaré e sua companheira.

A corrente cavou a terra; cavando a terra, arrancou a palmeira; arrancando a palmeira, subiu com ela; subiu acima do vale, acima da árvore, acima da montanha.

Todos morreram. A água tocou o céu três sóis com três noites; depois baixou; baixou até que descobriu a terra.

Quando veio o dia, Tamandaré viu a que a palmeira estava plantada no meio da várzea; e ouviu a avezinha do céu, o guanumbi, que batia as asas.

Desceu com sua companheira, e povoou a terra.¹¹⁹

Ao incorporar o mito de Tamandaré no desfecho da trama, o autor procurou evocar a ancestralidade do povo que habitava as terras do Brasil antes da chegada dos portugueses. É nítida a analogia que é construída entre a exposição feita por Peri e a história bíblica do dilúvio¹²⁰, e a inserção do cataclismo ao fim de “O Guarani” reforça a noção de que havia, por parte do autor, a intencionalidade de afirmar a identidade do indígena, como portador de uma história anterior. A construção da narrativa pautou-se, em todo instante, nessa tentativa de resgatar esses elementos constitutivos da cultura indígena.

¹¹⁹ José de Alencar, 1962. *op. cit.*, p. 372.

¹²⁰ Nas Notas, Alencar explica que “*Tamandaré* – É o nome do Noé indígena. A tradição rezava que na ocasião do dilúvio ele escapar no olho de uma palmeira, e depois povoara a terra. É a lenda que conta Peri”. p. 379.

4.7 - Alencar e os indígenas do Brasil

A produção literária do século XIX, tendo como recorte os romances indigenistas, procurou intervir nas discussões acerca da construção do Brasil, e nesse sentido, elegeram o indígena e sua cultura como tema central dos enredos. A adoção do indígena atendeu a este interesse, contudo, houve também a necessidade de se resgatar um tipo de indígena ideal, ressignificando-o para que se inserisse ao projeto nacional.

A reconstituição do dilúvio no romance de Alencar atende, a nosso ver, ao interesse de resgatar aspectos desse passado mítico. Quando o indígena narra a Ceci uma lenda que remete a cosmogonia do mundo guarani, ele está afirmando sua identidade e buscando referências em seu próprio universo cultural para fazer frente às dificuldades que se apresentavam – ele teria, tal como Tamandaré, que vencer a força da natureza – e, nesse sentido, percebemos que existe a evocação de um passado mítico por parte de Alencar. Jacques Le Goff, ao discutir a ideia de Idades Míticas afirma que as mesmas decorrem da necessidade de “dominar o tempo e a história e satisfazer as próprias aspirações de felicidade e justiça”¹²¹ que, criadas pelas sociedades humanas, servem para dar vazão as suas inquietações em relação à existência. Nesse sentido, percebemos que a narração da lenda de Tamandaré por Peri, num momento de profunda dificuldade, atendeu a necessidade de acalmar seu espírito e dar alento.

Foi necessária a construção de um imaginário que pairasse entre o ideal e o amedrontador e, transitando entre estas duas esferas, alicerçaram-se os romances que tratavam da natureza do indígena do Brasil. Esse imaginário abarcou a figura do bom selvagem, leal, solícito e honrado, incapaz de cometer qualquer deslize que o desabonasse perante a sociedade. Houve também um espaço significativo para tratar da figura do indígena indômito, cruel, que vive em total desapego aos valores considerados corretos, e que se preocupa apenas em satisfazer seus desejos carnavais, não tem religião, nem lei, nem rei. Esses antagonismos são, a nosso entender, as bases para a construção de “O Guarani”.

¹²¹ Jacques Le Goff. *História e Memória*. São Paulo: editora UNICAMP, 2008. 5ª edição. p. 283.

A contribuição de José de Alencar para a afirmação do romantismo indigenista como gênero foi inestimável e, através de sua obra, a construção das imagens sobre os indígenas, adquiriu grande relevo. O romance “O Guarani” é a expressão mais cabal do indigenismo literário, contemplando os paradigmas estéticos do romantismo e adicionando elementos informativos de caráter histórico à sua narrativa.

Ao pensar sobre as características do personagem do romantismo indigenista brasileiro e os romances europeus – nos quais Alencar se inspirou para produzir suas obras – e a situação política e social na qual esses personagens foram construídos, Bernardo Ricupero afirma que

Combina-se com o ambiente social, o esforço político, pós-independência, de se criar símbolos que unificam a comunidade nacional. Tudo isso contribui para que os heróis dos livros de Alencar, por exemplo, diferentemente dos romances europeus da época, mesmo deslocados, não se comportem como indivíduos dilacerados. Ao contrário, são homens inteiros, que, a maneira dos heróis de epopeias, representam todo um povo.¹²²

No decorrer da trama, Peri envolveu-se em diversas situações que o desafiaram e contou apenas com a astúcia e a inteligência para livrar-se das armadilhas criadas pelos homens e pela natureza. Demonstrou uma força descomunal ao lutar com uma onça e arrancar uma palmeira do solo para salvar Ceci, o que leva o leitor a identificá-lo, de fato, com os heróis mitológicos.

O autor fez pesquisas e interessou-se em retratar as matizes dos indígenas do século XVI e elegeu os goitacá e os aimorés como representantes do passado que ele tentava recriar. Em que pese a desvantagem de viver em um período em que a produção intelectual sobre o passado indígena brasileiro fosse pouco sedimentado, o autor utilizou um repertório que ainda hoje se apresenta como uma importante fonte de pesquisa, que

¹²² Conforme Bernardo Ricupero. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830- 1870)*. São Paulo: editora Martins Fontes, 2004. p. 165.

são as crônicas e gramáticas elaboradas pelos indivíduos que conviveram com os grupos indígenas nos primeiros momentos da colonização portuguesa no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da leitura e reflexões que fizemos no decorrer deste texto, poderemos considerar que obtivemos algumas respostas aos questionamentos iniciais, quando nos perguntamos qual o espaço destinado aos indígenas nos projetos nacionais de Brasil e Argentina no século XIX.

Ao colocar lado a lado Sarmiento e Alencar, o primeiro elemento que se destacou foi a tentativa, por parte de ambos, de reconstruir um passado indígena utilizando, para tal, a pesquisa em documentos que remontam a época da conquista e colonização ibéricas na América. Essas fontes foram amplamente usadas por Sarmiento para tratar das relações desenvolvidas entre os indígenas e os espanhóis, sendo que se destacam os documentos da administração colonial – *ordenanzas, peticiones e actas* elaboradas por autoridades do governo -, as crônicas de Juan Ulloa, do abade Molina e a poesia de Alonso de Ercilla. José de Alencar é mais seletivo ao escolher suas fontes, utilizando apenas a crônica de Gabriel Soares de Sousa, sendo que o autor menciona que sua escolha se justifica porque Soares “escreveu em 1580 e nesse tempo devia conhecer a raça indígena em todo o seu vigor”¹²³, inculcando a ideia de que haveria verossimilhança no texto deste cronista, em detrimento ao que foi elaborado por cronistas posteriores.

Aspectos relativos ao temperamento indígena também são tratados no texto dos dois autores, sendo que cada um expressa, de modo particular essa tendência. Em Sarmiento vemos o indígena classificado em dois grupos: manso, brando e que facilmente assimilou a cultura europeia (quíchuas e guaranis); indômito e selvagem, resistindo por século às investidas dos conquistadores espanhóis (araucano).

¹²³ José de Alencar, 1962. *op. cit.* p. 375.

Dentre os quíchuas, destaca-se a noção de que estes estariam mais propensos à dominação espanhola porque já estariam acostumados a preponderância inca; em relação aos guaranis, Sarmiento salienta a atuação dos padres jesuítas como mecanismo de inserção destes a sociedade colonial. Sobre os araucanos, ressalta a reprovação a este grupo, considerado por ele como os mais selvagens, afeitos a bebida e a violência. Alencar trata apenas de dois grupos de indígenas em sua narrativa: os guaranis e os aimorés. O primeiro surge em oposição ao segundo, quando pensamos em aspectos de temperamento. Peri, o personagem que representa a etnia guarani foi dotado dos mais valiosos atributos e caráter irretratável, sendo o paradigma do indígena aceitável; os aimorés foram descritos como feras, totalmente desprovidos das qualidades que os tornam humanos, deixaram-se dominar pelo vício de matar e pela antropofagia.

Além da análise do temperamento existe também a preocupação em escrever sobre a estrutura física dos indígenas, tendência mais acentuada nos escritos de Sarmiento. A descrição inicial de Peri pauta-se nos aspectos físicos, salientando que o guarani era um índio na flor da idade e apresentava o talhe delgado, tinha a pele cor de cobre e cabelos bem negros. Os aimorés, como já mencionado anteriormente, apresentavam características físicas que os assemelhavam às feras; dentre atributos dos destes, é mencionada a face deformada, os dentes manchados pelo sangue e os cabelos negros caindo na face.

As descrições de Sarmiento mesclam considerações abordando aspectos físicos, sociais e intelectuais. Exemplo disso é a afirmação, extraída da crônica de Juan de Ulloa e presente no texto, que diz que os crânios dos quíchuas encontrados em sítios arqueológicos eram mais espessos que o regular, o que explicaria um organismo mais tosco e menor sensibilidade¹²⁴. Sobre os guaranis, o autor argentino reduz sua descrição apenas a aspectos da mestiçagem, como quando ele diz que a amalgamação destes com os espanhóis melhorou sua condição, mas nem por isso deixaram de ser a parcela mais

¹²⁴ “Tienen los indios el pellejo grueso, la carnadura recia y menos sensible que los de las otras partes del mundo. Reconocidos los cráneos que se sacan de las sepulturas antiguas, se ve tener más grosor que lo regular, siendo 6 o 7 lineas. De eso se infiere ser en ellos la organización más tosca y de mayor resistencia, por lo qual es menos sensible...” Conforme Domingo Faustino Sarmiento, 1887. *op. cit.*

baixa da composição social ¹²⁵. Para referir-se aos araucanos, Sarmiento recorre das crônicas elementos referentes aos aspectos morais, criticando o vício no álcool, a poligamia e libertinagem sexual, o gosto pela violência e o ócio.¹²⁶

Em comum entre a construção das caracterizações de indígenas elaboradas por esses dois autores está a importância da catequização, apontada como elemento fundamental para a inserção na sociedade colonial, o que contribuiria para a colonização exercida com brandura. No enredo de Alencar, a questão da religiosidade adquire mais ênfase quando percebemos que existe uma tentativa de vinculação entre a ética cristã e os procedimentos de Peri; o indígena, mesmo optando em grande parte do enredo em manter seu modo de vida natural, não se afasta dos preceitos morais dos católicos - com exceção do personagem Loredano, que deixou-se guiar pela cobiça- e o exemplo mais pungente do uso da religiosidade é o momento da conversão de Peri, que acata as prescrições de dom Antônio de Mariz para obter seu consentimento para salvar a vida de Ceci.

O que podemos delinear como característico as duas obras é que, tanto Alencar quanto Sarmiento expõem em seus textos a necessidade de se pensar a constituição da sociedade de seus países abarcando a trajetória dos indígenas e suas relações com os conquistadores ibéricos. Esse elemento se sobressai à leitura atenta, mesmo os dois textos apresentando formatos tão distintos, uma vez que o autor argentino busca equiparar sua produção a uma obra classificatória, apontando fragmentos da história indígena no território e Alencar utilizando o romance como mecanismo de suscitar as emoções, mas que também narra uma história que remete a ancestralidade.

¹²⁵ “ (...) fueron definitivamente incorporados y amalgamados con los conquistadores, aunque formando una clase inferior y la parte más baja de la composición, pues ya había con la mezcla de los españoles mejorado su condición.” Conforme Domingo Faustino Sarmiento, 1887. Op. cit.

¹²⁶ “cada uno de ellos vive con cuantas mujeres puede mantener, y por cierto no hay criatura mas humillada y deprimida que la mujer de estos barbaros. Ellas sostenien sus vicios con el fruto del mas duro trabajo, sea sembrando, cuidando de los ganados o tejiendo (...).Conforme Domingo Faustino Sarmiento, 1887. Op. cit.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, José de. *O Guarani*. São Paulo: edições Melhoramentos, 1962. 11ª edição.

_____. *Como e porque sou romancista*. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/node/416>, acesso em 29 de março de 2011.

BOSI, Alfredo. Cultura brasileira e culturas brasileiras. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 4ª edição.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. São Paulo, FAPESP, 2009. 12ª edição.

COLL, Josefina Oliva de. *A resistência Indígena: do México á Patagônia, a história da luta dos índios contra os conquistadores*. São Paulo: L&P M editores, 1986.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo, UNESP, 1999. 7ª edição.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 2ª edição.

FAUSTO, Boris, DEVOTO, Fernando J.. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2005. 2º edição.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. *In: História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FURTADO, Celso. *La economía latino-americana desde la conquista ibérica hasta la revolución cubana*. México d.f.: Siglo XXI editores, 1969.

GARCIA, Emanuel da Veiga. *As duas Argentinas*. São Paulo: editora Ática, 1990.

_____, Emanuel Soares da Veiga. *O comércio ultramarino espanhol no Prata*. São Paulo: editora Perspectiva, 1982.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: editora UNICAMP, 2008. 5ª edição.

MOREL, Marco. O mau selvagem: índios invisíveis no Romantismo brasileiro. *In: Entre a Monarquia e a República: Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. 16º edição.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. São Paulo: Global, 2005. 3ª edição.

PEREGALLI, Enrique. *A América que os europeus encontraram*. São Paulo: editora Atual, 1987.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX – Tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2004. 2ª edição.

_____. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo, editora Atual, 1986. 2ª edição.

_____. *Repensando a história comparada da América Latina*. Revista de História, número 153, 2005.

PRIORI, Mary del. *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo: editora Ática, 1994.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830- 1870)*. São Paulo: editora Martins Fontes, 2004.

_____. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo, editora Alameda, 2008. 2ª edição.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial. In: *O Brasil Imperial – Volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conferência leída en el Teatro Nacional, después de la muerte de Darwin. 19 de mayo de 1882*. Disponível no site do “Proyecto Sarmiento” www.proyectosarmiento.com.ar, acesso em 17/11/2010.

_____. *Conflicto y armonias de razas en América*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915.

_____. *Facundo, civilización y barbárie*. Buenos Aires: EDICOL, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 2º edição.

SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina: história de uma ideia*. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Janice Theodoro da. *Descobrimentos e colonização*. São Paulo: editora Ática, 1987.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. Grandes nomes do Pensamento Brasileiro.

SOARES DE SOUSA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra, 2010.